-----ATA N.º 6 DE 19 DE DEZEMBRO-----

----Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2023, pelas 21.00h reuniu a Assembleia de Torres Vedras, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- 1 – Fixação de taxas: -----

---- 1.1 - Proposta n.º 32/CM/2023 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2023 a cobrar em 2024; -----

---- 1.2 - Proposta n.º 33/CM/2023 - Fixação da taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2023 a cobrar em 2025, a que os municípios têm direito em cada ano; -----

---- 1.3 - Proposta n.º 34/CM/2023 - Autorização à Câmara Municipal, para lançamento de uma derrama, apurada no ano de 2023, a cobrar no ano de 2024, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; -----

---- 1.4 - Proposta n.º 35/CM/2023 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2024, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas; -----

---- 2 - Proposta n.º 36/CM/2023 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2024 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal; -----

---- 3 - Proposta n.º 37/CM/2023 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal; -----

---- 4 - Proposta n.º 38/CM/2023 – Discussão e votação da minuta de contrato-programa para a organização e gestão de eventos a celebrar com a Promotorres EM; -----

---- 5 - Proposta n.º 39/CM/2023 - Processo de descentralização – diploma setorial freguesias – Apreciação e votação da proposta de atualização de recursos financeiros para a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães; -----

---- 6 - Proposta n.º 40/CM/2023 – Autorização para desafetação do domínio público de dois moinhos de vento e terreno envolvente no Varatojo para integrar o domínio privado do município; --

7 - Proposta n.º 41/CM/2023 – Aprovação da atualização da lista de juizes sociais – Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho;-----

---- 8 - Proposta n.º 42/CM/2023 - Apreciação e votação da proposta de Operação de Reabilitação Urbana do concelho de Torres Vedras; -----

---- 9 - Proposta n.º 43/CM/2023 - Discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, bem como as respetivas Medidas Preventivas para viabilização da Unidade de Saúde Familiar de A-dos-Cunhados e Maceira; -----

---- 10 - Proposta n.º 44/CM/2023 - Ratificação da declaração de interesse público municipal do Processo ED/261/2022 – Iolanda Marina Amaral Pereira – legalização de alterações de

empreendimento turístico (estalagem) e alterações para estabelecimento hoteleiro – Casal Meirinho, 17 – Vale da Azenha – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães; -----

----- 11 - Proposta n.º 45/CM/2023 - Discussão e votação da proposta de regulamento da Rede Cultura de Torres Vedras; -----

----- 12 - Proposta n.º 46/CM/2023 - Discussão e votação da proposta de regulamento Municipal de concessão de benefícios sociais aos bombeiros voluntários do concelho de Torres Vedras; -----

----- 13 - Proposta n.º 47/CM/2023 – Discussão e votação da proposta de alteração do regulamento de comércio a retalho não sedentário do Município de Torres Vedras; -----

----- 14 - Proposta n.º 48/CM/2023 – Discussão e votação da proposta de regulamento do Museu do Ciclismo Joaquim Agostinho; -----

----- 15 - Proposta n.º 31/AM/2023 - Informação das comissões; -----

----- 16 - Proposta n.º 32/AM/2023 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----- Informação sobre competências delegadas: -----

----- 16.1 - Proposta n.º 33/AM/2023 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 16.2 - Proposta n.º 34/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 17 - Proposta n.º 35/AM/2023 - Votos, moções e recomendações. -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária). -----

----- Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- Susana Maria Ribeiro Neves Rui, José Prudêncio, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Espírito Santo, António José Silva Alves, Sérgio Matias R. Calado (em substituição de Luis Pedro Duarte Silva), João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Vitor Manuel Mendes (em substituição de Sónia Patrício) e Margarida Maria Gomes

Veloso Jesus (em substituição de Jorge Carlos Ferreira dos Santos)-----
----Faltaram os membros António Augusto Ferreira dos Anjos, Marco António Figueiredo Branco e João Francisco Mota Tomaz-----

----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos. ----

----O **presidente da Mesa** abriu a sessão, saudando todos os presentes, dando as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos, nomeadamente que no final da reunião seriam entregues as habituais lembranças de Natal aos membros da Assembleia Municipal, e também ao Executivo Municipal, técnicos e colaboradores presentes a quem desejou Boas Festas e por último lembrou o jantar de natal do município, para o qual todos tinham sido convidados que se realizaria no pavilhão multiusos. -----

----De seguida abriu o período aberto à intervenção do público, para o qual a Mesa tinha recebido três inscrições. -----

SITUAÇÃO ATUAL E NECESSIDADES URGENTES DA CASA DO POVO DO MAXIAL: -----

----A cidadã **Gina Maria Prôa Consciência**, começou por dar nota que a atual direção da Casa do Povo do Maxial, iniciou funções em 2020, estando a instituição numa delicada situação financeira por terem sido investidas todas as reservas em obras de adaptação, impostas pela Segurança Social. -----

----Disse que atravessaram e sobreviveram ao difícil período da Pandemia Covid-19, e em três anos conseguiram transformar resultados negativos em resultado líquido positivo, na ordem de €10.000,00, com investimentos em equipamentos essenciais para as áreas da cozinha e da lavandaria, contudo a situação atual é gravíssima e já vem desde o início de 2023, tendo neste momento dívidas a fornecedores a mais de 160 dias e estando por pagar o subsídio de Natal aos trabalhadores da instituição. -----

----Resumidamente deu nota do que aconteceu ao longo de 2023, que levou a que em cada mês se tenha “cavado um buraco financeiro” da ordem dos € 9.000,00 sendo a previsão de resultados para 2024 na ordem dos € 90.000,00 negativos e o orçamento para 2024 tem um resultado negativo de cerca de € 190.000,00, números que não são para camuflar nem para esquecer. -----

----Frisou que têm feito várias diligências, desde há vários meses, mas as respostas que obtêm são verdadeiros "baldes de água fria" e de uma funcionária da Segurança Social ouviram que a solução é recorrer ao Fundo de Socorro Social, porque “lá há muito dinheiro”, contudo sem resposta ao requerimento ao Fundo de Socorro Social, sem respostas aos mails enviados e sem atenderem as chamadas telefónicas, ligaram para o Gabinete de Apoio à Ministra obtendo como

resposta que sabem que estão a passar mal financeiramente, mas que têm milhares de processos para analisar, reforçando que as decisões do governo e a atuação do ministério estão a levar as IPSS à falência.-----

-----Referiu ainda que dívida para com os fornecedores aumenta a cada mês e todos os recursos que tinham para investimentos foram gastos, estando na iminência de ter de entregar os utentes aos seus familiares, e enviar para o desemprego cerca de 40 trabalhadores, destruindo várias famílias em termos financeiros, tudo isto por intermédio "da mão do Estado Social", pois instituição cumpre todas as exigências, mas o Estado está a falhar não cumprindo a sua obrigação de cuidar dos seus cidadãos.-----

-----Deu nota ainda que no dia 7 de dezembro foi assinado o compromisso de cooperação para o sector social e solidário para o biénio 2023-2024, pelo Primeiro Ministro, pelo Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e pelo Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, que prevê uma atualização da comparticipação financeira para 2024, em ERPI, de cerca de € 3.900,00 de rendimentos adicionais mensalmente, que não chega a 50% do valor em falta mensalmente em 2023, já não referindo os aumentos das tabelas salariais e da taxa de inflação previstas para 2024. -----

-----Salientou que não será, à semelhança do ano passado, uma comparticipação extraordinária paga num único mês que irá repor o dinheiro reservado a investimentos, pagar a avultada dívida acumulada com os fornecedores, ou cobrir os gastos financeiros pelo recurso a financiamento para gastos correntes e muito menos o subsídio de Natal devido aos trabalhadores. -----

-----Reconhecem o apoio dado e a intervenção possível da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, e da Câmara Municipal de Torres Vedras, no entanto, porque as causas deste dano, que gradualmente se avoluma, vêm "mais de cima" vem apelar, às pessoas de bem que estão nesta Assembleia, para que intercedam junto do Ministério da Solidariedade, do Trabalho e da Segurança Social e do Governo de Portugal. -----

-----Lamentou ter que dizer que a continuar desta maneira, este não será um Feliz Natal e o Novo Ano que se aproxima não será próspero. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

-----O *cidadão João Alves*, disse que se sentiu na obrigação de participar nesta sessão da Assembleia Municipal, depois de assistir à reunião do órgão executivo, que se realizou de manhã, porque fez parte da sua ordem de trabalhos o Plano de Ação Municipal 2023 (PAPERSU 2030), que foi aprovado e que previamente teve a sua apresentação pública, mas onde apenas tiveram presentes duas pessoas, ele e a deputada municipal Ana Teresa Carvalho, não percebendo como foi possível nenhum dos 13 presidentes de junta estar disponível para esta apresentação, nem

representantes das várias forças partidárias locais. Tendo questionado sobre a falta de participação, disseram-lhe que o assunto foi entregue à comunicação social, mas também não houve muita divulgação.-----

----Nesta sequência, acha fundamental para o desenvolvimento do concelho, que os programas de apoio, planos estratégicos e estruturantes tenham uma ampla divulgação, no sentido de trazer os cidadãos à discussão e a darem o seu contributo.-----

----Assim, acha que se devia tentar dinamizar a comunicação da Câmara de Torres Vedras, podendo aproveitar os intervalos da transmissão online das reuniões públicas, assim como a página do *facebook*, onde no seu entender se faz grande divulgação, mas à parte cultural.-----

----Aproveitou ainda para lamentar que não tenha havido a devida divulgação desta sessão, que foi apenas feita através de um *post* no *facebook* há três dias atrás.-----

----Deu também como exemplo a pouca divulgação do programa de apoio ao arrendamento, achando inacreditável que o número de candidaturas apresentadas tenha sido apenas 120 num concelho com 80.000 mil habitantes, tendo neste caso específico tentado ajudar, dando conhecimento dos prazos a várias pessoas.-----

----Por fim alertou que a página do Município na internet tem que ser melhorada, porque não está bem estruturada, uma vez que está muito direcionada à cultura, e faz com que andem à procura de informação importante sem a conseguir encontrar.-----

----Concluiu dizendo que as pessoas pensam que vem à assembleia só para criticar, mas a sua presença visa melhorar a cidade, melhorar o concelho e por entender que todos têm que contribuir nesse sentido.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PETIÇÃO - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO PERCURSO ENVOLVENTE DO EXTERNATO DE PENAFIRME APROVADA EM 28/06/2023:-----

----A cidadã **Ana Maria Laurentino Alves** disse que veio novamente perante este plenário na qualidade de primeira signatária e em representação dos 646 signatários que apoiaram a petição por intervenção que assegure a circulação na via pública, em segurança dos alunos e toda a comunidade escolar do Externato de Penafirme já discutida e aprovada por unanimidade por esta assembleia.-----

----Lembrou que estão no final do ano 2023 e a pouco menos de um mês terminar o primeiro semestre letivo, mas as tão desejadas alterações ainda não aconteceram, e preocupa-os que as soluções apresentadas em junho e de suposta fácil execução, não tenham ainda sido concretizadas.-----

----Assim, voltam a solicitar a intervenção urgente que assegure a circulação em segurança na via pública circundante ao externato.-----

-----Relativamente à colocação de iluminação na via pública e sabendo não ser, responsabilidade da autarquia, ou tão pouco da junta de freguesia, solicitou que fossem informados a quem e como a autarquia solicitou a urgente colocação de postes de iluminação ou candeeiros na via pública para o local em causa. -----

-----Por fim alertou que os que se deslocam a pé por aquela via a partir das 17 h em tempo de inverno, fazem-no com recurso a lanterna do telemóvel ou com fé de que o caminho que percorrem não tem obstáculos e em jeito de desejo natal e resolução de ano novo deixou votos de que, pela sua execução, esta petição não volte a ser tema nesta Assembleia Municipal. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período antes da ordem do dia.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

-----O primeiro secretário António Fortunato leu os cinco documentos recebidos pela mesa, que foram numerados e rubricado, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUSPENSÃO DE MANDATO:-----

DOCUMENTO 1: -----

-----E-mail de Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, de 25/10/2023 a solicitar, por motivos pessoais a sua substituição pelo período de 6 meses.-----

-----Ao abrigo do n.º 4 do art.º 76.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi convocado para a efetividade durante o referido período, Marco António Figueiredo Branco. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 2: -----

-----E-mail de Sonia Alexandra Ferreira Patrício, de 29/11/2023 a informar que não poderá estar presente na sessão, por motivos pessoais, tendo sido convocado nos termos legais Vitor Manuel Mendes.-----

DOCUMENTO 3: -----

-----E-mail de Jorge Carlos Ferreira dos Santos, de 19/12/2023 a comunicar a sua impossibilidade de comparência à sessão que terá lugar em 19 e 20 de dezembro, estando presente a cidadão imediatamente a seguir na lista Margarida Maria Gomes Veloso Jesus. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO Nº 1 DA ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 4: -----

-----E-mail de Luis Pedro Silva, Presidente de Junta de Freguesia da Silveira, de 15/12/2023 a

informar que por motivos particulares não é possível estar presente na reunião de 19/12/2025, sendo substituído pelo secretário da junta Sérgio Matias Rodrigues Calado e que caso a sessão se prolongue no dia 20/12 já poderá estar presente. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 5:-----

-----E-mail de António Augusto Ferreira dos Anjos, de 6/12/2023 de setembro a informar que por motivos pessoais, não poderá estar presente na sessão.-----

-----A Assembleia Municipal apreciou o pedido de suspensão e tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

NATAL 2023:-----

-----A *deputada municipal Marta Geraudes* iniciou a sua intervenção dizendo que não fazia sentido nesta sessão não falar de Natal, pois tem sido um tema que tem abordado todos os anos ao longo dos seus mandatos e apesar de registar um processo de melhoria contínua, acha que ainda podem fazer melhor.-----

-----Assim referiu que têm mais uma vez a ação “Este natal compre no comércio tradicional”, muita diversidade de atividades, um programa muito bem elaborado, a iluminação chega a mais ruas, o comboio é um sucesso, mas há coisas negativas que podem ser aperfeiçoadas.-----

-----Lembrou que no ano passado sugeriu que as casinhas instaladas dentro do Jardim da Graça tivessem comida e bebida, o que este ano já aconteceu, mas o espaço precisa de ser mais ocupado, de ter mais atratividade e também mais iluminação, embora saiba que não foi fácil garantir expositores, dado os horários, para os dias todos.-----

-----Disse ter estranhado não ter sido aumentado o valor da campanha dos *vouchers*, tal como a edil prometeu no ano transato, lembrando que no primeiro fim de semana, os vales esgotaram às 14.30h no sábado, às 19.00h no domingo e no passado fim de semana esgotaram ao meio-dia no sábado, e às 18:50h no domingo, o que demonstrou mais uma vez que têm que aumentar o valor pois o comércio tradicional está aberto até às 19.00h e foi ótimo saber que num sábado ao meio-dia os valores estavam esgotados, porque é sinal que os torrienses estão a fazer compras no comércio tradicional.-----

-----Reforçou que esse aumento é um sinal que tem que ser dado, porque no seu entender esta campanha serve de alavanca para o mês de janeiro quando fizerem o retorno dos vales.-----

-----Deu nota ainda que o Largo de S. Pedro já há muito que tem como enfeite o “presente” e acha que está na altura de inovar. Já tiveram o maior pai natal do país, a pista de gelo, um carrossel atrás da Igreja de São Pedro, mas agora estão só a repetir, sem grandes novidades que façam as pessoas circular pelas ruas, deixando esta sugestão para a próxima época natalícia.-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso* interveio no sentido de manifestar a sua satisfação com

as palavras proferidas pela deputada Marta Geraldês sobre o Natal, reforçando que as iluminações são de facto bastante agradáveis e abrangem uma grande parte da cidade. Deu mérito a alguns comerciantes que montaram as montras com uma criatividade muito interessante e no tocante à campanha dos vouchers salientou que pelo primeiro ano foi gasto todo o valor da campanha, ou seja, € 20.000,00, quando em 2021 tinha sido gasto apenas € 15.940,00, o que significa que tem havido mais participação, e também que há mais lojas a participar, num total de 85, não esquecendo que esta campanha para além de dinamizar o comércio no decorrer da época festiva, também vai dinamizar o mês de janeiro, um período que tem sempre uma quebra de compras, pelo que expressou os seus parabéns e um bem-haja pela iniciativa. -----

-----Relativamente às iluminações de Natal a **presidente da Câmara** disse que ao longo dos anos têm tentado fazer melhorias, mas concorda que podem ser feitas algumas alterações, que nem sempre são fáceis, porque dependem das empresas que prestam o serviço, mas querem que no próximo ano sejam melhores. -----

-----No tocante aos vouchers, e tal como disse o deputado municipal Artur Narciso este foi o primeiro ano que se esgotou o valor e querem dar sequência à iniciativa, melhorando-a, dentro do que for possível, pelo que significa para os comerciantes num mês que é mais difícil. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

QUIOSQUE DO JARDIM DA GRAÇA: -----

-----A *deputada municipal Marta Geraldês* deu nota que está para trespasse o quiosque em título, lembrando que quando esta empresa tomou conta, questionou a razão de o mesmo não ter ido a concurso público, tendo a edil dito na ocasião que não era para consumo de bebidas, o que veio a acontecer, mas nem um ano ficou aberto, lamentando que seja um privado a beneficiar de uma concessão que a câmara atribuiu de 25 anos, não sendo seguramente este o propósito final que se quer para um equipamento público. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* interveio no sentido de assinalar, mediante aquilo que é relatado pela deputada, que parece que o município nada aprendeu sobre a Transforma e tudo aquilo que daí adveio. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PROMOTORRES EM: -----

-----A *deputada municipal Marta Geraldês* questionou qual o ponto de situação do concurso que a Promotorres EM abriu para contratar um gestor do estacionamento, pois verificou que as vagas já não já não estão abertas e já devem ter concluído as várias fases do processo de recrutamento.---

-----A **presidente da Câmara** informou que a pessoa contratada iniciará a atividade no dia 2 de janeiro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CRIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - TORRES VEDRAS/NORTE (RAMALHAL): -----

-----O deputado municipal **Francisco Corvelo** começou por lembrar que na reunião deste órgão de 27 de setembro último, congratularam-se com o facto de a médica responsável pela criação da Unidade de Saúde Familiar, Torres Vedras/Norte, (Ramalhal), ter recebido instruções do Serviço Nacional de Saúde para reformular a sua proposta e manter os polos em funcionamento, restando apenas saber o que se passaria a seguir, designadamente em termos de garantir médicos de família. -----

-----Referiu que aquilo a que agora vão assistindo é um caminho que não só não se coaduna com a promessa de que a criação da Unidade de Saúde Familiar tipo B, no Ramalhal não implicaria o encerramento dos polos, nomeadamente no Maxial, como vai em sentido contrário.-----

-----Nesta sequência deu nota que quando os utentes se dirigem ao polo de saúde do Maxial para marcar consulta de medicina geral e familiar, são confrontados com informações que vão desde, “tal consulta só ocorrerá daí por 3 ou 4 meses, mas que se marcarem para o Ramalhal, a mesma terá lugar logo na semana seguinte”, “que o polo encerra a partir do próximo mês de janeiro, e ainda “que está tudo em negociações, mas que o polo só deve funcionar para cuidados de enfermagem”.-----

-----Na prática, entende que se tratam apenas de mais uns truques para paulatinamente transferir os utentes no polo Maxial para a futura Unidade de Saúde Familiar do Ramalhal para levar por diante a intenção do encerramento dos polos. Se estas ordens acabam por aparecer sem saber ao certo a sua paternidade, facilmente se percebe que só podem ser emanadas por quem sempre esteve contra a continuação dos polos e apenas sempre pretendeu uma unidade de saúde familiar central sem quaisquer polos abertos, pondo em causa os cuidados de saúde de proximidade e que os cidadãos e utentes têm direito.-----

-----Considera que se trata de uma forma grave de contrariar a intenção dos responsáveis pela saúde no país e, no mínimo, uma birra que exige ser devidamente denunciada e neste plenário terminada. -----

-----Salientou que a democracia não se compadece com este tipo de atitudes do “quero, posso e mando”, nem tão-pouco podem ser validadas por atos de vassalagem com foi o caso 2 elementos da Assembleia de Freguesia do Ramalhal que promoveram uma reunião com a futura responsável pela Unidade de Saúde Familiar do Ramalhal para lhe transmitir apoio, mas, ao mesmo tempo e mais grave, propor o encerramento de todos os polos, nomeadamente Maxial e Campelos.-----

-----Reforçou que este tipo de atitudes, de colocar as populações umas contra as outras é não só de uma baixa política inominável, como um atentado à democracia e aos direitos fundamentais dos cidadãos e nunca poderão contar com o PCP para este tipo de divisionismo bacoco. -----

-----Tal como o PCP disse na altura e reafirma não são contrários à criação das unidades de

saúde familiar-tipo B, deste que estas assegurem os cuidados médicos e de enfermagem de proximidade e cumpram o preceito constitucional do direito universal à saúde. -----

-----Relativamente às extensões de saúde, neste caso concreto, Maxial e Campelos a **presidente da Câmara** confirmou que há situações contraditórias relativamente àquilo que foi prometido na reunião, em que estiveram presentes os presidentes das juntas envolvidas, e a representante do Conselho Executivo do SNS, que se manifestaram sobretudo pela não existência da enfermagem no local, e informações contraditórias dadas pela pessoa que está no atendimento. -----

-----Deu nota que destas contradições, já deram nota à doutora Fátima Fonseca e aguardam que marque uma reunião no início de janeiro, como tinha ficado combinado, após o concurso da colocação dos médicos que ainda não está fechado. -----

-----Acrescentou que ainda assim, não vão deixar por mãos alheias esta questão, porque todos ouviram que as 2 extensões iam ficar abertas, embora não tendo ficado definido o tempo que cada médico poderia estar em cada uma das extensões porque na altura não sabiam qual o resultado do concurso que estava a decorrer para a colocação de médicos. -----

-----Reafirmou que as extensões são para estar abertas e prestar serviços contínuos aos seus utentes, e não deixarão este assunto cair, porque fazem questão que a promessa seja cumprida.--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MEDICINA.ULISBOA - CAMPUS TORRES VEDRAS-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que a sua intervenção vem no sentido de sinalizar um evento que muito honra a todos e que teve lugar no passado dia 8, quando foi dado a conhecer um projeto que certamente irá ser marcante para o concelho, colocando-o na primeira linha da área do ensino e da investigação no âmbito da saúde, denominado “Medicina.Ulisboa Campus Torres Vedras”, que irá ficar sediado no antigo sanatório do Barro, e foi apresentado num dia aberto a toda a população.-----

-----Contaram com a presença da direção da Universidade de Medicina de Lisboa, entre outras individualidades, dando-lhes desta forma o seu aval público a este projeto, que será de referência na área do ensino e da investigação em saúde, e foi mais um degrau, de um projeto que deu os primeiros passos há cerca de 4 anos e que alguns sempre descredibilizaram.-----

-----Reforçou que hoje é uma realidade em progresso, registando que a oposição tenha finalmente reconhecido e apoiado este projeto, tal como pugnam para um hospital para oeste, pois estão sempre a tempo de reconhecer que este projeto é fundamental para a Torres Vedras, e para a sua população. -----

-----Assim, saudou o executivo por ter continuado a desenvolver todos os esforços para tornar este projeto uma realidade. -----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas* interveio no sentido de pedir a apresentação de um

cronograma de execução e de investimento do projeto em causa, que deve existir.-----

----A **presidente da Câmara** também manifestou o seu entusiasmo com o facto de todos estarem de acordo relativamente ao projeto em causa, ou seja, ao que deve ser a utilização deste espaço tão nobre da cidade, que deve ser dedicado à saúde e à investigação e que permita atrair médicos e mostrar a notoriedade de Torres Vedras nesta área. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

7.ª EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - PROJETO IDEIA JOVEM: -----

----O *deputado municipal Artur Narciso* disse que vinha falar de alguns temas que são importantes, expressando desde logo os parabéns a todos intervenientes no Orçamento Participativo que considera um momento marcante e uma realidade que permite a aproximação das pessoas à democracia, numa altura em que tanto se discute o afastamento daquilo que denominam de política. -----

----Acrescentou que este projeto já vai na 7.ª edição e este ano contou com 420 mil euros para a implementação dos projetos vencedores, englobando 3 tipologias, freguesia, supra freguesia e ideia jovem. Das propostas apresentadas foram considerados elegíveis 65 projetos e foram apurados 11.433 votos válidos, o que traduz uma participação bastante interessante. -----

----Também deu nota que a novidade deste ano foi a introdução da ideia jovem, que permitiu aos jovens residentes no concelho com idade compreendida entre os 14 e os 17 anos proporem a execução de projetos o que denota a particularidade de começarem mais cedo a chamar as pessoas à participação cívica. Salientou que houve 4 projetos que foram aprovados “equipamento gímnic para acrobacia no Sporting, Clube de Torres”, “ginástica para todos”, equipamentos de ginástica para a física”, “construção e recuperação, telheiro no Externato Penafirme” e “bombos para todos”, ou seja, propostas de jovens com qualidade, que já estão próximos da democracia e da intervenção cívica, muito antes de poderem votar. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

“NÓS SOMOS REPORTERES DE CIDADANIA”: -----

----Continuando a falar de política para a juventude, o *deputado municipal Artur Narciso* deu nota que foi criado o programa pedagógico em título que tem o objetivo de instigar os jovens a serem mais participativos na política local e se inteirarem como funciona o poder local do seu concelho, e, ao visitarem a câmara, os alunos têm oportunidade de vivenciar as políticas de uma forma mais próxima e mais participativa. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JOGO DO MUNICÍPIO – MY POLIS: -----

----O *deputado municipal Artur Narciso* deu nota do jogo do município dinamizado pela Academia MyPolis, um projeto dividido em duas fases: “Pote cidadania”, baseado em jogos

multimédia, promovendo aos alunos competências de cidadania, autorregulação comportamental, e a fase “My Polis Cidadania, 4.0” em que os alunos colocam em prática os seus conhecimentos no domínio da educação para a cidadania adquiridos na primeira fase.-----

-----Desta forma deixou os seus parabéns por todos estes projetos que permitem, não só, proximidade, mas também uma educação democrática, numa realidade em que se tenta dominar o quotidiano com *fake news* que se afasta para extremismos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FUTURO HOSPITAL DO OESTE:-----

-----Sobre este assunto e uma vez que já foi definida a localização a *deputada municipal Andreia Caldas* inquiriu o ponto de situação, no sentido de saber quais os passos seguintes e se já há novidades em termos de datas.-----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que de momento não possuiu mais informação do que a que tinha há um mês atrás, ou seja, sem retrocesso, face às mudanças que eventualmente irão ter com outro governo, sendo uma decisão que querem ver garantida e consolidada. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ATELIER DO BRINQUEDO:-----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas* aproveitou esta sessão para parabenizar publicamente Simão Bolívar pela exposição que está patente no Atelier do Brinquedo e para deixar a sugestão de levar esta ou outras exposições às freguesias, acreditando que seria benéfico, não só para o dinamismo cultural, mas também para as crianças e jovens adultos poderem usufruir e interagir, neste caso específico, com os brinquedos que estão expostos.-----

-----Aproveitou também para sugerir que os desfiles de Natal que vão a todas as freguesias possam ser acompanhados com ateliers que tenham vindo a ser dinamizados na cidade, pensando que num próximo ano seria de acrescentar esta mais-valia, não só ao programa de natal como ao longo do ano.-----

-----A **presidente da Câmara** relativamente aos desfiles e às exposições quer da galeria, quer do Atelier dos Brinquedos, informou que algumas já têm sido itinerantes pelas freguesias do concelho, pois faz parte da estratégia da autarquia delineada para esta área levar muitas das atividades que são feitas na cidade às freguesias. -----

-----Manifestou-se agradada com a sugestão da deputada municipal porque as exposições são de grande qualidade, lembrando que serviços educativos também proporcionam estas vivências aos alunos trazendo-os à cidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DA PONTE DO ROL:-----

-----O *presidente de junta de freguesia de Ponte do Rol, Pedro Vaza* pediu a palavra para dar nota

de alguns assuntos relacionados com a freguesia que preside.-----
----Assim, começou por questionar qual o ponto de situação da cobertura do parque lúdico do Centro Educativo, que está há meses por reparar e a responsabilidade pelo que sabe é da câmara municipal e da empresa que o colocou. -----
----Lembrou que a associação “Just a Change” fez um trabalho na Ponte do Rol, mas obra não está terminada, faltando portas, janelas, e a parte elétrica, e tendo tentado falar com o electricista, mas ninguém respondeu e gostaria de perceber o que se passa. -----
----Aproveitou para manifestar a sua solidariedade perante a Casa do Povo de Maxial, porque o problema muito provavelmente é extensivo às várias IPSS do concelho e também às freguesias, dado que as transferências financeiras das delegações de competências se mantêm há 3 anos com o mesmo valor, com algumas exceções, lembrando que o ordenado mínimo aumentou muito, aumentos estes que recaem nas freguesias, estranhando não haver qualquer atualização dos mesmos. -----
----Lembrou também que quando levanta esta questão a câmara municipal diz que, em termos de capacidade financeira estão com dificuldade, mas não foi isso que ouviu na sessão da assembleia em setembro, pois a situação financeira da Câmara era saudável, solicitando que esta questão fosse aprofundada, porque as juntas de freguesia estão a ter cada vez mais dificuldades. -----
----Prossigui dando nota que a junta tem a sua sede de freguesia praticamente pronta, precisando aproximadamente de € 50.000,00 para a poder inaugurar, e tendo questionado a presidente de Câmara também lhe foi dito que não havia capacidade financeira, mas independentemente de haver ou não apoio financeiro da autarquia a obra será feita antes do 25 de abril e poderá ser inaugurada ou antes ou no dia 25 de abril, numa data a escolher pela junta. -----
----Deu nota ainda que os problemas com o Ecocentro da Valorsul na Paul persistem sem qualquer evolução positiva, uma vez que as pessoas continuam a lá ir depositar lixo, que não é recebido, voltam para trás e deixam junto do caixote do lixo, mas a estação recebe quando é a junta a entregar esse mesmo lixo, não entendendo este modo de operar. -----
----De igual modo alertou que a situação com os médicos de família também se mantém igual.----
----Por fim, aludindo às referências feitas à iluminação natalícia, e embora concordando que a cidade está muito bonita, se calhar, na sequência de todo esse valor gasto, pelo menos a igreja central de cada freguesia deveria ser contemplada também com alguma iluminação. -----
----No que respeita à questão da cobertura do parque a **presidente da Câmara** disse que iria saber, pois desconhece o ponto de situação e quanto à “Just a Change” tem conhecimento que está em vias de resolução, apesar de ser um processo difícil, com um investimento significativo. ---
----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSOS AO EXTERNATO DE PENAFIRME: -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* começou por salientar a solidariedade do UTV pela questão dos acessos levantada pela cidadã que interveio no período do público, em relação ao externato de Penafirme, reforçando que é uma situação transversal a todo o concelho, e uma vez que estão numa fase em que sabem que têm que tomar medidas de mitigação das alterações climáticas e redução das emissões carbónicas, uma dessas medidas pode ser promover o acesso das pessoas em termos pedonais, bicicletas e outras.-----

-----Referiu ainda que independentemente do que foi dito na última sessão, uma das soluções passava por fazer alterações de trânsito, e acha que há medidas fáceis e de curto prazo, como tornar acessível passeios que, neste momento, têm uma cobertura de mais de um metro de altura terra, que pode ser removida. -----

-----Aproveitando para responder também à primeira subscritora da petição que interveio no início da reunião a **presidente da Câmara** informou que vão haver intervenções durante o período de pausa escolar do Natal e quanto aos montes de terra que estão nas bermas, esclareceu a deputada municipal que não podem mexer porque estão em terrenos privados. -----

-----Deixou ainda o alerta que antes de levantarem as questões têm que se inteirar dos assuntos, porque os montes de terra estão ali depositados porque o dono dos terrenos colocou-os na berma, porque não quer que aquele terreno seja ocupado e que haja alargamento da via.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PAPERSU 2030 – RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO:-----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* chamou a atenção para a intervenção proferida pelo cidadão João Alves no início da sessão, sobre o assunto em título, manifestando o seu desagrado com algumas atitudes que presenciou quando ele fez a sua intervenção lembrando que as questões que traz ao plenário são do interesse de todos e merece todo o respeito.-----

-----Em relação aos problemas na deposição na Estação de Transferência e Ecocentro da Valorsul de resíduos de construção e demolição já referidos pelo autarca da Ponte do Rol, deu nota que se esses resíduos forem sucata metálica são aceites porque tem valor económico e os restos de betão ou de outras coisas, não têm. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBILIDADE – ACESSOS:-----

-----Na senda das suas intervenções anteriores sobre este assunto, e uma vez que não obteve resposta em relação aos acessos que ligam a zona da A8 com o Centro Operacional Municipal, a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* frisou que continua a não perceber que obras é que estão a haver, quando e como, com a agravante que, neste momento, está a ser construída uma mini zona industrial, já se notando que o tráfego de pesados aumentou na zona, aumentando também a insegurança de quem por ali transita, e que no seu entender merece a devida atenção. -

-----Outra questão que fez tem a ver com a passagem das 4 faixas da EN9, na zona da Paul para a qual há uma situação minimalista que pode ser tomada, que passa pela colocação de semáforos e uma passadeira. No seu entender, não obstante a Infraestruturas de Portugal não aceitar a solução das passadeiras, demitindo-se das suas responsabilidades, a autarquia não pode fazer o mesmo, e tem que pressionar. -----

-----Reforçou que cada vez se vê mais pessoas a caminharem, ou naquele separador do meio em betão, ou nas faixas, correndo imensos riscos e continuam como se nada acontecesse, o que não pode continuar esperando não ter de repetir, no próximo ano, este alerta. -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA “CLUSTER ALIMENTAR DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS”: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, tendo presente que passaram sensivelmente 6 meses que foram enviadas à câmara municipal sete recomendações que resultaram de propostas aprovadas numa assembleia municipal temática sobre o assunto em título, questionou o que foi posto em prática sobre as mesmas. -----

-----A *presidente da Câmara* informou que algumas das recomendações dependem diretamente da aprovação do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras que ainda está em revisão.-----

-----Mais informou que vai haver esta semana ainda, uma reunião relacionada com as questões da rega e da água que são muito importantes para o setor. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS/ ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM:-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que recentemente, a presidente, inaugurou, juntamente com o presidente do Instituto Politécnico de Leiria, as residências universitárias em Torres Vedras, e que certamente lhe terá perguntado se há intenção e a previsão temporal para se fazer a inauguração do Polo da Escola Superior de Enfermagem. -----

-----A *presidente da Câmara* informou que a Escola Superior de Saúde avançará, está orçamentada e consta no plano de investimentos de 2030, mas seria sempre para avançar mesmo que não fosse parceiro o Instituto Politécnico de Leiria, pois já havia outras alternativas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ACESSOS - MELHORAMENTOS RUAS DA CIDADE: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* indagou se já há alguma data prevista para as intervenções, há muito faladas neste plenário, para as ruas Carlos França, Conde Tarouca, Álvaro Galvão, Rua Comendador António Hipólito e Rua Capitão Figueiroa Rego. -----

-----Também indagou se já há alguma intenção ou data para fazer reparações na Avenida Poente, nomeadamente entre a rotunda do Barro e a rotunda da EN8, junto à entrada do parque

estacionamento que está naquela zona, pois com o peso das camionetas, o terreno abateu, e o piso não está nada bom, assim como o piso da Rua Teresa de Jesus Pereira que padece dos mesmos males. -----

-----A **presidente da Câmara** assegurou que as intervenções no “Bairro Novo” já estão no orçamento do próximo ano, a iniciar na rua Álvaro Galvão, e para a rotunda do Barro o procedimento já está a tramitar na secção de contratação pública. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ALDEIAS DO INTERIOR – DESERTIFICAÇÃO: -----

-----Sobre o assunto em título o *deputado municipal Carlos Filipe* fez considerações sobre o tema em título desde logo referindo que não há pior castigo do que ver os outros partirem e ficar sozinho, mas a reforma não é o fim da cidadania. -----

-----Referiu que são aldeias moribundas, as do interior do concelho, mas a sua história vai sobrevivendo na memória dos habitantes, que têm mais de 60 anos e são ao mesmo tempo a classe mais dependente do serviço social.-----

-----Este é um outro olhar para o território, para o ambiente, para o desenvolvimento sustentado, coeso e coerente, traduzido em políticas sérias, adequadas e persistentes a médio/longo prazo. ---

-----O Chega entende que é tempo de a presidente da câmara olhar para as aldeias do interior, é tempo de considerar a sua estratégia de desenvolvimento das populações, pois as aldeias têm uma estrutura própria e não podem ser apenas dormitórios da cidade, sendo preciso revitalizá-las.

-----Concluiu dizendo que esta sua intervenção, implica, em certa medida, falar do património, do modo de vida particular e de uma identidade sociocultural específica. -----

-----Em resposta a **presidente da Câmara** assegurou que o interior importa a todos e a todos preocupa e nesse sentido concorda que é necessária uma estratégia para revitalizar essas zonas do concelho, o que está no plano de trabalhos para o mandato.-----

-----Aproveitou para salientar que a referência que fez relativamente às itinerâncias de exposições, ou de atividades de natureza cultural pelas freguesias fora da cidade, tem a ver com essa revitalização, pois revitalizar não é apenas construir coisas novas, é dar vida de formas interessantes de natureza cultural e de natureza educacional. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTAS DE TORRES VEDRAS: -----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto* tomou a palavra para dar as suas notas sobre as Festas da Cidade em especial sobre as tasquinhas que este ano se realizaram num modelo diferente, na sua perspetiva, mais aconchegante para todas as associações, endereçando felicitações a todos os que com o seu trabalho contribuíram para que corresse bem, e assim terem conseguido que o concelho de Torres Vedras estivesse bem

representado no evento.-----

-----Aproveitou para enaltecer todas as associações assim como os seus colegas presidentes de junta que cada vez mais estão presentes a apoiar e deixou um bem-haja a todos os que participaram e a quem organizou.-----

-----A **presidente da Câmara** reforçou as felicitações do autarca a todos aqueles que estiveram a laborar nas tasquinhas, porque é extraordinariamente importante o trabalho que fazem e é com elas que conseguem concretizar grande parte das Festas da Cidade, lembrando que são pessoas que trabalham nos seus empregos durante todo o dia e que se dispõem voluntariamente a estar naquele espaço para os servir.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CASA DO POVO DO MAXIAL:-----

-----Manifestando-se solidário com a Casa do Povo do Maxial, cujo problema é transversal a todas as IPSS, quer do concelho quer a nível nacional e sabendo que estão com dificuldades devido aos aumentos salariais e de matéria-prima o *deputado municipal Ilídio Santos*, questionou que diligências tem feito município no sentido de apoiar as IPSS junto do poder central, ou a nível local.

-----Sobre esta questão a **presidente da Câmara** fez notar que não têm feito outra coisa ao longo, sobretudo deste ano, mas no ano passado também, inclusivamente, levar cartas em mão à senhora ministra, a fazer solicitações e a espelhar a grave situação em que se encontram algumas das IPSS do concelho, pois é preciso que esses problemas possam ser tratados com urgência e de alguma forma mitigados, porque resolvidos sabem que será difícil.-----

-----Pede novamente a palavra o *deputado municipal Pedro Castelo*, para dizer que é extremamente preocupante o que ouviram por parte da cidadã, pois o que ouviram, é tudo aquilo que o Estado não deve fazer em relação às IPSS, ou seja, criar expectativas que depois não são cumpridas e levam a este género de situações, que não pode deixar de lamentar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período da ordem do dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 5 de 27 e 28 de setembro de 2023 tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade a ata apresentada.-----

ADMISSIBILIDADE DE ASSUNTO À ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----De seguida informou o plenário que depois da convocatória ter sido enviada chegaram para agendar três assuntos, que a mesa entendeu, tendo em conta o interesse municipal, que poderiam ser aditados e assim, ao **abrigo do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09**, na sua atual redação, colocou à admissibilidade do plenário os assuntos abaixo indicados, que seriam discutidos no fim da ordem de trabalhos, o que teve a anuência de todos os presentes:-----

-----“1 – Eleição de cidadão eleitor para a Comissão Alargada da CPCJ”; 2 - “Aprovação da minuta de acordo dominial – projeto de transferência de estradas nacionais acordado entre o Município de Torres Vedras e a Infraestruturas de Portugal, S.A; e 3 - “Autorização para repartição de encargos para fornecimento de energia elétrica para as instalações de média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do município de Torres Vedras”.-----

1 – FIXAÇÃO DE TAXAS:-----

1.1 - PROPOSTA N.º 32/CM/2023 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2023 A COBRAR EM 2024:-----

-----Presente ofício número 7328 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/11/2023, a solicitar o agendamento deste assunto tem do presente que em sua reunião de 28/11/2023, deliberou, por maioria, propor a esse a fixação da taxa do IMI em 0,35% para os prédios urbanos, respeitante ao ano de 2023 (a cobrar em 2024) e nos termos do artigo 112.º-A, do Código do IMI propor a redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, assim: 1 dependente a cargo – € 20,00; 2 dependentes a cargo – € 40,00 e 3 ou mais dependentes a cargo – € 70,00.-----

-----Foi de imediato dada a palavra à **presidente da Câmara** que informou, relativamente a esta taxa, que a proposta aprovada pelo executivo foi manter o valor reduzido em 2021, ou seja 3,75%.

-----Deu nota ainda que em 2023 foi arrecadado no valor de € 12.644.000,00 e que, relativamente a este ano, se prevê que haja uma diminuição de receita. Também se mantêm as deduções relativamente à situação dos dependentes a cargo com os montantes que estão contemplados na lei e que já aplicam há já alguns anos.-----

-----Pedi a palavra o **deputado municipal Luís Carlos Lopes** começando por dizer que o grupo Municipal do PSD vai apresentar proposta de redução do IMI e do IRS, pois preocupa-os, precisamente as dificuldades que estão a atingir as famílias.-----

-----Quanto à referência feita pela edil à descida das receitas do IMI, lembrou que ocorreu em 2021, já estão em 2023 e desde setembro de 2022 que tiveram um acréscimo de taxa de juros brutal.-----

-----Deu nota que no dia anterior foi notícia no jornal Expresso, que a taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação, voltou a subir em novembro e que representa em juros cerca de 60% do valor global da prestação, tendo atingido o valor mais alto desde março de 2009. A inflação este ano será cerca de 5% e houve revisão em alta para 2024 e será, nomeadamente pela redução do IVA a zero do cabaz alimentar, de 3,6% o que quer dizer que as populações vão estar sob stress financeiro, já estiveram este ano e estarão ainda mais em 2024.-----

-----Certo que há alguns apoios, mas esses apoios não podem ser só em termos de habitação

pois cada vez mais, há pessoas de classe média, com outro tipo de características que não eram usuais a passar dificuldades, e é com esse enquadramento que apresentam proposta para diminuição da taxa de IMI para 0,3%, e da taxa variável no IRS para 2%.-----

-----Aproveitou para dar nota que no ponto 17 da ordem de trabalhos apresentarão uma recomendação para isenção de IMT jovem, até 250 mil euros emanada da JSD, que tem sido apoiada em diversos municípios do país, nomeadamente Mafra e também pela atual presidente da ANMP, uma autarca socialista.-----

-----Salientou que os salários até podem subir, mas só subirão os salários mínimos, pois os salários médios estão “achatados” pelo que a câmara municipal poderia dar uma ajuda, porque embora as receitas sejam previstas com os valores dos últimos 24 meses, acabam sempre por aumentar e assim não terão um impacto significativo no orçamento., além de que a diminuição da taxa de IRS seria facilmente acomodável num orçamento de 115 milhões de euros.-----

-----Lembrou ainda que independentemente de poder haver uma redução no Euribor, as taxas de juro dos empréstimos continuam a aumentar, sobretudo do crédito à habitação, o que mexe com a qualidade de vida das populações e leva às dificuldades que estão a existir, que ainda vão persistir porque têm que adicionar ao contexto a guerra na Europa. Este ano felizmente o impacto dos produtos petrolíferos não está a ser tão grande, mas nada lhes diz que não possa ser alterado. ----

-----Reforçou que as populações vão certamente continuar a ter muitas dificuldades em 2024, dado que, independentemente de as taxas de juro baixarem, os bancos não refletem isso imediatamente e o Banco Central Europeu e um conjunto de reguladores dos bancos centrais, aparentemente, não estão sensíveis para começar a descer a taxa de juros, de forma a não haver aumento da inflação. -----

-----Acrescentou que esperam que a proposta relativa ao IMT que apresentarão tenha bom acolhimento, porque é perfeitamente coadunável, e todo este conjunto de propostas que apresentam refletem a tentativa de aliviar a população em geral e em especial os jovens, que estão a ser atingidos pela junção do custo da habitação, das taxas de juros, e do aumento da inflação que é um caos explosivo e que será certamente difícil de acompanhar em 2024, mas a câmara, num orçamento tão grandioso, poderia acomodar facilmente este tipo de redução. -----

-----**“Proposta do PSD:** -----

-----Taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos – 0,3%. -----

-----A Aplicação de redução da taxa de IMI de acordo com a seguinte tabela, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes: 1 dependente a cargo - € 20,00; 2 dependentes a cargo - € 40,00 e 3 ou mais dependentes a cargo - € 70,00.” -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* afirmou que é efetivamente a pensar nas pessoas que o PS até já antecipou todo este cenário que o deputado municipal Luís Carlos Lopes referiu e em anos anteriores já baixaram o IMI, e este ano mantem essa taxa, porque os preocupa as pessoas, mas também os preocupa o equilíbrio das obrigações da Câmara Municipal para os cidadãos sendo na busca deste equilíbrio que se encontram os valores que estão em aprovação e com os quais o PS se revê e vota favoravelmente. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* disse que por aquilo que tem sido divulgado, as taxas que constam na ordem de trabalhos estão longe de merecer a aprovação unanime das diversas forças políticas, e o PCP também tem uma opinião no geral negativa em relação às mesmas. -----

-----Assim e em relação ao IMI, sempre foram a favor da redução progressiva do imposto, porque não é diretamente relacionado com os rendimentos, mas sim com a idade dos edifícios e tem havido um progressivo, mas lento aumento das receitas da câmara, por isso uma taxa de 0,3% seria um valor perfeitamente realista e aceitável. Em relação às restantes majorações/ minorações, parece-lhes globalmente bem. -----

-----Usou de seguida a palavra o *deputado municipal Rui Estrela* para dar nota que o grupo do UTV, acompanha a proposta dos vereadores deste movimento no executivo municipal coincidindo com as propostas aprovadas, exceto na derrama pois consideram que há espaço para alguma flexibilidade ou algum apoio em termos de carga de taxas, também nas empresas, dado que as dificuldades da conjuntura económica, com os encargos com prestações e com juros não afetam apenas as famílias, afetam também as empresas.-----

-----Relativamente à taxa do IMI, lembrou que foi reduzida em 2021 de 0,40% para 0,35%, registando uma queda de receita nesse ano de € 1.465.000,00, aproximadamente. Em 2022 a receita voltou a subir e perspetiva-se que em 2023 aconteça o mesmo, pelo que a proposta do UTV foi de manutenção da taxa de IMI que já vigorava e foi essa também que foi aprovada em sede de executivo. -----

-----Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, o presidente da Mesa deu nota da metodologia a seguir e colocou à votação a proposta da Câmara Municipal (proposta A – % 0,35).

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 28 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções, fixar a taxa do IMI em 0,35% para os prédios urbanos, respeitante ao ano de 2023 (a cobrar em 2024) e a redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, assim: 1 dependente a cargo – € 20,00; 2 dependentes a cargo – € 40,00 e; 3 ou mais

dependentes a cargo – € 70,00. -----

-----Face ao resultado, a proposta do PSD (proposta B – 0,3%) não teve aprovação. -----

-----Anota-se que votaram contra Francisco Corvelo, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, João Bastos, Ana Fiéis, José Damas Antunes e abstiveram-se Pedro Castelo, Carlos Filipe e Pedro Vaza. -----

1.2 - PROPOSTA N.º 33/CM/2023 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL NO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2023 A COBRAR EM 2025, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO: -----

-----Presente ofício número 7329, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 29/11/2023 a informar que em sua reunião de 28/11/2023, deliberou, por maioria, propor que a taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2023, (a cobrar em 2025), a que os municípios têm direito em cada ano, venha a ser fixada em 3,75%. -----

-----A **presidente da Câmara** explicou que atento o facto de impactar diretamente nos rendimentos valores disponíveis das famílias, mantêm a taxa no mesmo valor do ano anterior quando desceram 5% para 3,75%, com a eventual penalização nas receitas porque este ano serão arrecadadas as receitas correspondentes ao ano de 2023. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* anotou que a câmara municipal sempre optou pelo valor máximo de 5% no IRS e, desta vez vai baixar para 3,75%, mas o PCP sempre defendeu a taxa máxima, já que esta redução só irá beneficiar as pessoas com mais rendimentos, dado que, para muitos com rendimentos mais baixos, o valor a receber será mínimo. -----

-----Reforçou ser algo populista, esta redução, mas facilmente desmontável e por essa razão entendem que a taxa de 5% seria de manter. -----

-----Sobre esta taxa o *deputado municipal Rui Estrela* fez notar que foi reduzida em 2022 de 5% para 3,75%, tal como já foi referido, arrecadando a câmara a receita em 2024. -----

-----Fez notar ainda que a receita deste imposto tem crescido nos últimos anos, em mais € 378.000,00 em 2021, mais € 204.000,00 em 2022 e estima-se mais € 511.000,00 em 2023, sendo expectável que exista uma quebra da receita em cerca de € 618.000,00 em 2024, razão pelo qual o UTV propôs que esta taxa variável de IRS fosse 3,75%, que também foi aprovada em sede de executivo. -----

-----Proposta do Grupo Municipal do PSD referente à taxa variável de IRS respeitante aos rendimentos de 2023 a arrecadar em 2025: 2%. -----

-----De seguida o presidente da Mesa deu nota da metodologia a seguir e colocou à votação a proposta da Câmara Municipal (proposta A - 3,75%). -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 29

votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções fixar a taxa variável no IRS em 3,75%, respeitante aos rendimentos de 2023, (a cobrar em 2025), a que os municípios têm direito em cada ano. -----

-----Face ao resultado, a proposta do PSD (proposta B – 2%) não teve aprovação.-----

-----Anota-se que votaram contra Francisco Corvelo, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, João Bastos, Ana Fiéis, José Damas Antunes e abstiveram-se Pedro Castelo e Carlos Filipe. -----

1.3 - PROPOSTA N.º 34/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, APURADA NO ANO DE 2023, A COBRAR NO ANO DE 2024, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS: -----

-----Presente ofício número 7331, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 29/11/2023, informar que câmara municipal, em sua reunião de 28/11/2023, deliberou, por maioria, propor o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, apurado no ano de 2023 (a receber pelo município em 2024), bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que a proposta aprovada foi de manter o valor de 1,5 % sobre o lucro tipo de tributável, e que quando as empresas têm um volume de negócios inferior aos 150.000 euros, estão isentas do pagamento da derrama. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* defendeu que apesar de concordar que deve haver, como é feito há muitos anos, uma taxa reduzida para a faturação até 150 mil euros, o PCP pensa que deveria haver um valor intermédio para faturações até € 500.000,00 por exemplo, uma taxa de 1% sobre os lucros já que 1,5% para todos é ser demasiado igual para algo que é diferente e mesmo que não se criasse uma taxa intermédia, entendem que no mínimo se deveria aumentar o valor de referência para a taxa reduzida. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* em relação à taxa da derrama, que é atualmente de 1,5% sobre o tributável das empresas, lembrou que teve um crescimento significativo de receita ao longo dos anos, com exceção do ano 2021, em 2022 o crescimento foi de mais de € 549.000,00 ou seja, mais 24% do que em 2021 e em 2023 estima-se uma nova subida desta receita que vai já em mais de 25% receita prevista, quando comparada com a totalidade da receita arrecadada no ano anterior. -----

-----Nesta sequência o UTV propôs que fosse aplicada uma taxa de 1%, que implicava uma redução de 0,5%, e que representaria uma quebra de receita estimada de cerca de € 900.000,00 um valor que fica próximo daquilo que é a subida prevista em orçamento, ainda assim, menor do que aquilo que está previsto, sendo aqui que divergem, e acham que podia ser feito mais pelas empresas pelas razões já explicadas. -----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação: -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 28 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções, autorizar o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----Anota-se que votaram contra, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Margarida Veloso Jesus e Pedro Castelo e abstiveram-se Francisco Corvelo e Carlos Filipe. -----

1.4 - PROPOSTA N.º 35/CM/2023 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2024, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS:

-----Presente ofício número 7330, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 29/11/2023 a informar que a câmara municipal em sua reunião de 28/11/2023, deliberou por unanimidade propor a fixação da taxa de 0,25% a aplicar em 2024 sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município. -----

-----A **presidente da Câmara** no que diz respeito à fixação da taxa de municipal dos direitos de passagem a aplicar em 2024 referiu que foi consensual entre as diversas forças políticas, a subida para o valor máximo que é de 0,25%, após proposta inicial de 0,20%. -----

-----O **deputado municipal Francisco Corvelo**, face à fixação da taxa municipal em título argumentou que existe desde logo a dúvida de qual é de facto, o valor apurado e se a taxa pretende penalizar, tal como é dito, o impacto visual do mau trabalho na fixação dos cabos, e como é que se sabe que o valor a entregar é, de facto, o valor apurado. -----

-----Assim, o PCP considera que o aumento de 0,20 % para 0,25% é uma questão insignificante em termos de receitas para o município e igualmente da resolução de um problema que carece de outras medidas para a sua efetiva resolução. -----

-----O **deputado municipal Rui Estrela** disse que o UTV considera que a taxa municipal de direitos de passagem não tem uma expressão significativa no orçamento da câmara e deste modo apresentaram uma proposta de aplicar a taxa máxima de 0,25% que foi a aprovada em sede de executivo. -----

-----A Assembleia Municipal, no uso da sua competência prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 26 votos a favor e 1 abstenção fixar, a taxa de 0,25% a aplicar em 2024 sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em

local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município.-----

-----Anota-se que se absteve Francisco Corvelo.-----

2 - PROPOSTA N.º 36/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2024 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:-----

-----Presente ofício número 7327 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/11/2023, a remeter, de conformidade com o deliberado, por maioria, pelo executivo em sua reunião de 28/11/2023, os documentos em título.-----

-----A **presidente da Câmara** começou por anunciar que os documentos previsionais para 2024 dão continuidade às políticas públicas que incidem na prestação de serviços de proximidade e aos investimentos em particular nas áreas da saúde e da educação, que a autarquia tem vindo a implementar.-----

-----Deu nota que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, de uma forma inovadora, alinham-se com a Agenda 2030 identificando os objetivos, medidas e projetos que contribuem para a implementação de cada um dos 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - e os respetivos montantes associados. Acrescentou que sendo a primeira classificação feita no orçamento com os referidos objetivos, os critérios poderão ser afinados ao longo do tempo o que permitirá desenvolver melhor e de uma forma mais detalhada, os próprios ODS.-----

-----Com esse enquadramento, assinalou que a ODS 4, ou seja, educação de qualidade, com 39,7% do orçamento, é aquela que apresenta um valor mais significativo, dado que têm investimentos significativos nesta área: Escola Básica da Silveira, Escola Básica Gaspar Campelo, Escola Básica de A-dos-Cunhados, Escola Básica do Sarge, mas também todas as atividades relacionadas com a educação, e todas as atividades de natureza cultural inerentes, como sejam as atividades desenvolvidas na biblioteca, o próprio funcionamento da biblioteca, do centro de artes e criatividade, museus, etc.-----

-----Chamou a atenção que o ODS 11 “cidades e comunidades sustentáveis” é aquele que também aparece com um valor muito expressivo, dado que inclui os instrumentos de gestão territorial, plano diretor municipal, infraestruturas rodoviárias, com destaque para a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras, infraestruturas para a mobilidade suave, com construção de pontes pedonais, etc.-----

-----Referiu que a receita prevista em orçamento tem o valor de € 81.703.330,00, da qual 35% é proveniente dos impostos diretos, que fizeram a apreciação nos pontos anteriores. A contribuição do IMI é mais significativa, apesar de se prever a diminuição da sua receita e o IMT também tem uma grande contribuição e cuja receita se prevê que continue a aumentar, assim como da derrama, que tem subido significativamente, denotando, naturalmente, a saúde das empresas do

concelho, que querem que assim continue.-----

-----De seguida referiu que as transferências correntes, sobretudo as que são provenientes da descentralização no âmbito da saúde e da educação têm um aumento significativo, e os fundos comunitários atingiram mais de 12 milhões de euros, resultado de projetos em curso, onde se incluem as escolas, os centros de saúde e a ligação da A8 às Palhagueiras. -----

-----No que diz respeito à despesa, deu especial nota que as despesas com pessoal são as mais expressivas e tenderão a aumentar cerca de 20%, como resultado do aumento dos 3% sobre o salário base, alterações de posicionamento remuneratório, e alterações de posição remuneratória por opção gestionária e prémios de desempenho, que pela primeira vez foram atribuídos em 2023.

-----Sobre o Mapa de Pessoal, explicou que representa o depurado das necessidades apresentadas por cada área de atividade, e que correspondem a um valor que é significativo, alertando que as despesas com pessoal serão e continuarão sempre a ser despesas com um valor considerável, porque a autarquia tem nesta altura cerca de 600 funcionários nas escolas que são pessoal não docente, ou seja, praticamente metade dos trabalhadores que existem na câmara municipal.-----

-----Tomou de seguida a palavra a *deputada municipal Marta Gerales* referindo que o PSD após análise do orçamento nas suas várias vertentes, e embora concordando com a presidente, que de facto, se registou uma evolução nos últimos anos nos relatórios que estão cada vez mais completos, com mais informações, mais infografias e permitem também uma leitura mais rápida e mais simples, consideram que um dos principais problemas que este orçamento tem é não permitir perceber o impacto do aumento dos custos de pessoal que passou de contratos de prestação de serviços a trabalhadores da Câmara Municipal. -----

-----Relevam também o elevado nível de impostos municipais, que correspondem a 35% da receita e daí terem proposto, mas ter sido chumbado, a devolução às famílias de 3% assim como também foi chumbada a proposta de redução do IMI e, assim, ficam na expectativa de ainda verem aprovada a recomendação que irão apresentar no dia seguinte sobre a isenção do IMT para jovens até aos 35 anos na aquisição da sua primeira e habitação até aos € 250.000,00, que os concelhos aqui à volta dos mais variados quadrantes políticos têm adotado, considerando que não faz sentido ficar de fora e darem também um sinal, não só aos jovens, mas mesmo a quem se quer estabelecer e constituir família no concelho de Torres Vedras. -----

-----Por outro lado, acham que há uma total ausência de projetos estruturantes para o concelho e continuam sem vislumbrar uma grande estratégia para a captação de investimento que promova o crescimento do tecido económico e empresarial, e não identificaram uma estratégia de apoio aos setores económicos que mais prevalecem no concelho, ou seja, a agricultura, a indústria e o turismo. -----

-----Acrescentou que também não conseguiram vislumbrar um plano concreto e real de melhoria da mobilidade e dos problemas de trânsito no concelho, continuam a ter anunciadas de forma infinita muitas obras, que continuam no papel com rúbricas abertas a um euro, e embora percebendo que é um sinal, mas quando são demasiados sinais ao longo dos anos, começam a desacreditar nos mesmos e, por último, consideram que este orçamento deveria ir mais longe, nomeadamente na saúde, um problema em crescendo no concelho.-----

-----Salientou ser impressionante o impacto que existe no território concelhio, neste momento, a nível de saúde, quer nas unidades públicas, quer nas unidades privadas, percebendo que é um problema que não é só de Torres Vedras, mas um problema a nível nacional, em que Torres tem absorvido muita procura pela saúde privada no oeste, que por um lado é bom para as empresas que cá estão, mas que não chega e que a qualquer momento pode rebentar, pois nem o público nem o privado estão a conseguir escoar a afluência, sem esquecer que existem à data mais de 37.000 torrienses sem médicos de família. -----

-----Referiu ainda que todos conhecem estes números, lembrando que já por várias vezes, apresentaram propostas de incentivos aos médicos de família, que no seu entender por mera teimosia de ideologia política, não têm sido aprovadas, mas este é um problema premente que tem que ser resolvido.-----

-----Por último, como já mencionou, não há uma palavra aos jovens, nem algo com significado que consigam transmitir a esta faixa etária. Não há um sinal que evidencie que querem que venham para cá, que se fixem no concelho, que constituam cá as suas famílias e assim, face ao exposto e por não se identificarem politicamente, votarão contra.-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela*, lembrou que o UTV habitualmente se tem abtido aquando da votação destes documentos porque são instrumentos de gestão, mas este ano vão votar contra pelas razões que enunciaria, mas essencialmente porque se adensa a preocupação, que ano após ano vêm relatando, de incremento das despesas com pessoal e da aquisição com bens e serviços.

-----Nesta sequência deu nota que esta rubrica em 2023 representava 58% do valor da despesa, em 2024 passa a, mais 5,7 milhões de euros de um ano para o outro e se considerarem apenas as despesas correntes, estão a falar de 81% que estas duas rubricas já têm no peso das despesas correntes, evolução que os preocupa cada vez mais porque, numa conjuntura menos favorável de receita, pode ser problemático e podem ficar reféns destas rubricas.-----

-----Reforçou que ao nível dos impostos diretos e taxas, multas e penalidades, o orçamento cresce de um ano para o outro quase 2 milhões de euros, razão pela qual achavam que o apoio às empresas era mais ou menos pacífico de poder acontecer.-----

-----Deixou também algumas notas relativamente a algumas obras ou alguns projetos que estão em falta nas opções do plano da autarquia para 2024, referindo concretamente que continuam

sem ver nada sobre o funcionamento do edifício da Ventosa com médicos e enfermeiros que possam proporcionar um serviço a quem não tem médico de família, lembrando que o UTV fez uma proposta que serviria 3 freguesias e milhares utentes passariam a ter assistência perto de casa. -----

-----Continuou alertando que nada consta de projetos para as circulares da cidade, que o UTV considera urgentes na ótica da mobilidade, ou seja, prosseguem sem pensar no assunto, mas o trânsito continua caótico e continuará. -----

-----Nada está previsto sobre o Centro Cívico de Santa Cruz, um projeto já tem mais de 10 anos, mas continua a não sair do papel, o Campus de Medicina do Barro para já só tem projeto, sem terem a noção de quando começará a funcionar, o projeto para a variante litoral que possibilitará a chegada a Santa Cruz e àquelas localidades do litoral do concelho de forma mais facilitada, tem uma abertura de uma possível verba a ser alocada, mas ainda é só possível e assim, por todas as razões que aduziu, votarão contra. -----

-----A *deputada municipal Susana Neves* começou por dizer que o orçamento em apreço é um orçamento que tem história, e que se tiverem atentos tem uma alma. Também é um orçamento afetado por um cenário internacional e mundial, pelas mudanças com a descentralização na educação, na saúde e nalgumas funções da segurança social que deixaram de realizar e delegaram na autarquia para que fosse esta a assumi-las. -----

-----Defendeu que todos os seus efeitos macroeconómicos exigem desta autarquia e a equipa que a lidera, um desafio hercúleo para manter o território protegido e continuar a responder com proximidade e com fortes preocupações sociais, às famílias, às crianças, aos mais velhos, às instituições e empresas do concelho, numa contínua e constante qualidade de vida, que passa pelo rigor e sustentabilidade financeira, intervindo sobre os grupos vulneráveis, dinamizando o emprego e com o contínuo incremento do investimento e da economia. -----

-----Nesta matriz, este plano e orçamento para 2024, estão descritos 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - dos quais destacou o n.º 1 e n.º 2 “Erradicação da pobreza e erradicação da fome”, pelo programa de emergência alimentar, habitacional social, pelo garante da nutrição ajustada a todas as crianças, alunos da escola, bem com a intervenção do Centro de Atendimento Social integrado que diariamente está ao dispor do cidadão em carência financeira e com acessos limitados de oportunidades. Destacou igualmente “Uma educação e uma saúde de qualidade” (ODS n.º 3 e n.º 4), quer na contratação de profissionais, esses mesmos profissionais que contribuem para os aumentos avultados nos custos com recursos humanos, e referenciados nas intervenções anteriores, assim como investimentos avultados em equipamentos no pré-escolar e ensino básico e universitário, e onde se destaca a construção das Escolas Básicas da Silveira, Sarge e de A-dos-Cunhados e a futura Escola Superior de Saúde, ao que acresce e não menos

importante, a construção das unidades de saúde de São Pedro da Cadeira, Ramalhal, Runa, A-dos-Cunhados e Maceira, e a nova unidade de saúde familiar no Barro -----

-----Mencionou ainda a ODS 11 - cidades e comunidades saudáveis- , que se destaca por incluir investimentos na gestão territorial, assim como com a Estratégia Local de Habitação, e a ODS 8 – trabalho digno e crescimento económico - um trabalho digno, que reflete economia em crescimento com investimento no Gabinete de Inserção Profissional, em novas tecnologias de produção, incentivo ao empreendedorismo, investimento na rede viária, como a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras e a construção das pontes pedonais na Avenida Poente e na ligação a Arenes. -----

-----Concluiu enfatizando que em todos os objetivos de desenvolvimento sustentável os princípios da proteção social, humanismo, dignidade, responsabilidade e compromisso, são valores transversos e inequívocos.-----

-----Não se registaram mais intervenções tendo o presidente da mesa colocado à votação o assunto em título.-----

-----Conforme estabelecido nos artigos 25.º, n.º 1, alínea a), 33.º, n.º 1, alínea a) e 27.º, n.º 2.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09 e do n.º 1, do art.º 45.º, da Lei n.º 73/2013 de 16/08, ambas na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 22 votos a favor, 13 votos contra e 2 abstenções aprovar documentos previsionais para 2024 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.-----

-----Anota-se que votaram contra Luís Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, Pedro Vaza, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Margarida Veloso Jesus, Pedro Castelo e Carlos Filipe. Abstiveram-se Francisco Corvelo e José Damas Antunes.-----

3 - PROPOSTA N.º 37/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2024 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:-----

-----Presente ofício número 7332 da Câmara Municipal de Torres vedras, de 29/11/2023, a remeter, de conformidade com o deliberado, por maioria, pelo executivo municipal, em sua reunião de 28/11/2023, os documentos previsionais em título.-----

-----A **presidente da Câmara** apresentando os documentos em título deu nota que o total geral do orçamento é de € 21.976,921,00 exibindo uma variação positiva de 3,48% relativamente ao ano anterior, com aumento das despesas com pessoal justificadas na generalidade, pelos aumentos legais aplicados à função pública, pelas alterações de posicionamento remuneratório e pela valorização remuneratória verificada em algumas categorias, tendo em atenção que não se verifica

alteração do número total de postos de trabalho, mantendo-se o total de 291 trabalhadores, tal como no ano anterior, apenas com adaptação em relação a postos de trabalho.

-----Para o ano de 2024, está prevista uma transferência de capital por parte da câmara, no valor de € 1.710.000,00, para que se possam iniciar as obras no início do ano, o que não significa que como acontece em anos anteriores, este valor tenha que ser integralmente usado. -----

-----Relativamente às receitas correntes, anotou que provêm fundamentalmente, em primeiro lugar do saneamento, depois dos resíduos sólidos e finalmente, da disponibilidade dos serviços de água e a despesa corrente relativamente aos SMAS tem como principal despesa, a aquisição de serviços da água. -----

-----No que se refere investimento previsto para o próximo ano, assinalou que o mesmo totaliza o montante de € 2.137.000,00 distribuídos fundamentalmente por obras de saneamento e obras de abastecimento de água, sensivelmente da mesma forma, e relevou que relativamente às principais obras no âmbito da água pretende-se a reabilitação do reservatório do Ameal e a reabilitação de algumas estações de tratamento. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* começou por dar uma nota à semelhança do que tem feito no passado no que se refere à ausência de apresentação pública, quer dos orçamentos, quer das contas, de forma conveniente para a compreensão do comum cidadão, menos habituado a mergulhar em documentos longos como são estes documentos, embora saiba que cumprem as normas instituídas para a sua elaboração para serem apresentados à Assembleia Municipal para apreciação. O UTV continua a considerar que estes documentos estão longe do cidadão e não deviam estar, e insistem que esse caminho deve ser feito pois não custará muito certamente a um gabinete de comunicação como a câmara tem, realizar esse trabalho.-----

-----No que diz respeito às contas dos serviços municipalizados, o voto do UTV respeitando o que tem sido hábito este movimento de cidadãos fazer, vai votar contra e vai ser contra enquanto o orçamento que lhes for apresentado contrarie as bases que levaram a uma decisão sobre o futuro dos SMAS e sobre a passagem dos resíduos sólidos urbanos para os SMAS. -----

-----Dessa forma lembrou que aquele estudo previa, em 2019 e para os próximos 15 anos, ausência de aumento de tarifas dos resíduos sólidos urbanos, mas em 2022, as tarifas aumentaram 25% em 2023 aumentaram 22% e para 2024 irão aumentar mais 3,3%, um aumento superior a 50% num curtíssimo espaço de tempo. Previa o lucro, e não previa investimento da câmara nos SMAS nesses 15 anos de projeção, mas em 2022, como é do conhecimento comum, a câmara colocou 1,25 milhões de euros, e em 2023 pouco mais de meio 1 milhão e em 2024 se verá. -----

-----Como nota final, frisou quão reféns ficaram dessa alteração que foi efetuada com base num estudo sem credibilidade nenhuma, como já tem sido referido nesta Assembleia, pois num

orçamento de € 21.976.000,00, menos de 10% é investimento pelo que pensam que vão começar a ter problemas, certamente cada vez maiores, a nível das estruturas e com a ausência de investimento de ano após ano, certamente é uma preocupação que ainda não sabem medir, mas que os preocupa bastante sendo esta a razão do voto contra do UTV.-----

-----O *presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes* interveio no sentido explicar algumas dúvidas, referindo-se concretamente ao facto de estar previsto saneamento para a Carrasqueira, questionando se é na sua freguesia porque há mais “Carrasqueira” no concelho e ainda para alertar que o saneamento no Casal da Giestas foi interrompido, porque tem que se fazer projeto, mas como não consta no PPI apelou para que o mesmo não seja esquecido. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que iria abordar uma questão que tem vindo a referenciar nos últimos exercícios que não compreende, ou seja, como não se consegue avançar com investimento em saneamento de pequena monta, não só em casais isolados, mas também algumas em zonas do litoral, dando como exemplos a Rua do Monte Bom, Vale Martelo, Casal da Sequeira, Casal Janeiro e Casal Pinheiro, que estão previstas para os anos de 24/25/26. -----

-----Salientou que não viu investimento direcionado à reparação das redes, para evitar as perdas que ainda são significativas. Para a empreitada do reservatório do Barro, a verba substantiva que vê é apenas para 2025, e sobre a questão dos biorresíduos para o qual está previsto o montante para 2024 de € 30.000,00, sendo € 20.000,00 para hardware, €10.000,00 para recuperar para viaturas e equipamento de recolha de biorresíduos, que perfaz € 70.000,00 para todo este projeto, o que lhe parece escasso para o que resta, tendo em conta os custos dos materiais envolvidos.-----

-----Acha sobretudo, que o orçamento em discussão denota falta de investimento no saneamento nas áreas que referiu, que são zonas centrais nas freguesias do litoral, não fazendo sentido no seu entender, e por isso, o PSD votará contra.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Simões* começou por argumentar estão a apreciar documentos previsionais e como tal, embora elaborados com bases rigorosas, não deixam de ser documentos com um grau razoável de falibilidade porque, por exemplo, a despesa é reportada aos primeiros 8 meses do ano, sendo feita uma simulação para os restantes 4 meses, daí que a própria despesa tenha alguns dados que não são controlados por quem elabora o orçamento. -----

-----Da mesma maneira a receita, pelo facto de a aprovação do tarifário estar dependente de parecer vinculativo da ERSAR e o orçamento ser aprovado antes desse parecer chegar à autarquia, implica que a receita seja feita com base na média dos últimos 24 meses, o que dadas as circunstâncias que o país tem atravessado nestes últimos 2 anos, significa que essas médias não estão em consonância com a realidade atual e muito menos com a realidade futura. -----

----- Acrescentou que pensa que à média dos últimos 24 meses foi adicionada a percentagem, que

a ERSAR recomendou e que aplicou também às compras de água do município. -----
-----Assim, na sua perspetiva este orçamento é prudente, não é expansionista, mas também não implica estagnação. É prudente, porque os tempos são complicados e não questiona as prioridades elencadas em termos de investimentos, saneamento e água porque não é técnico, não é membro do executivo e assim não se sente em condições de questionar as prioridades que são definidas por quem está no terreno e sabe, dando o seu voto de confiança nesse aspeto. -----
-----Salientou que dentro da perspetiva do PS, tanto na água como no saneamento há situações que são taxativas e tem que constar de um plano.-----
-----Relativamente à água e ao saneamento, expandir/renovar é fundamental, e em relação à água é fundamental que se continuem a reconstruir e a renovar, essencialmente, renovar e a manter os reservatórios de água existentes e o investimento tem que ser feito nesse aspeto.-----
----- Por outro lado, assinalou que a leitura à distancia (telecontagem) e a telegestão são importantes para a redução das perdas, e todas estas situações estão contempladas no orçamento e no plano com mais ou menos de investimento, mas estão lá. -----
-----Outra questão mencionada tem a ver com o grosso do investimento que normalmente não é plasmado neste orçamento e vem à Assembleia quando da aprovação das contas e da revisão pelo que quem minimamente tem estado atento nos últimos anos, às assembleias e às aprovações das contas, sabe perfeitamente que é assim, e, sem querer chamar de demagógico, mas anda lá muito perto disso, criticarem relativamente a ter mais baixo investimento nesta altura do “campeonato”.-----
-----Por último e relativamente à posição dos UTV comentou que votar contra os orçamentos dos SMAS é uma questão de hábito, nada mais. -----
-----A **presidente da Câmara** pediu a palavra apenas para responder que a Carrasqueira é a da freguesia do autarca José Damas Antunes, o Casal das Giestas ainda não tem projeto feito e ainda para dar nota da boa análise que deputado Sérgio Simões fez.-----
-----Disse ainda que no concelho há 95% de cobertura da rede de saneamento, ou seja, é dos concelhos que mais cobertura de saneamento tem, e como os orçamentos e as receitas são limitadas, têm que optar e ir fazendo onde é mais necessário para complementar esses 5%. -----
-----Concluídas as intervenções, passou-se de imediatamente à votação.-----
-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, e do n.º 1, do art.º 45.º, da Lei n.º 73/2013, de 16/08, ambas na sua atual redação, deliberou por maioria de 23 votos a favor, 11 votos contra e 3 abstenções aprovar documentos previsionais para 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal. -----
-----Anota-se que votaram, contra Luís Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana

Fiéis, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Margarida Veloso Jesus, e Carlos Filipe. Absteram-se Francisco Corvelo, Pedro Castelo e José Damas Antunes. -----

4 - PROPOSTA N.º 38/CM/2023 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS A CELEBRAR COM A PROMOTORRES EM: -----

-----Presente ofício número 7496, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/12/2023, a remeter, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 05/12/2023, a minuta do contrato programa em título, relativo à delegação de poderes e competências na Promotorres, EM., para a organização e gestão dos seguintes eventos: Carnaval de Torres Vedras; Feira Rural; Feira de São Pedro; BeFashion; Carnaval de Verão; Santa Cruz Ocean Spirit; Feira de Verão; Festas de Torres Vedras; Festival das Vindimas; Programa de Natal; e Passagem de Ano, de 01/01/2024 a 31/12/20. -----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** para fazer uma breve síntese introdutória assunto, lembrando que a 30 de junho de 2023, o município celebrou com a Promotores uma adenda ao contrato-programa que termina no final do ano, que delegou na empresa municipal os poderes e competências de organização e gestão de diversos eventos, e agora trata-se da celebração de um contrato-programa nos mesmos moldes com o valor de € 985.000,00 anuais, para o ano inteiro e assim permitir à empresa municipal assegurar de forma regular e contínua a prossecução das atribuições nela delegadas. -----

-----Explicou ainda que face ao contrato-programa anterior, foi introduzida uma cláusula que permitirá o ajustamento do subsídio à exploração por devolução ou compensação a aferir com o relatório demonstrativo do resultado financeiro a apresentar pela empresa 30 dias após a realização de cada um dos eventos, visando o objetivo que pretendem alcançar da necessidade da empresa se autofinanciar, e não depender apenas das receitas da câmara municipal. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos* salientou que partilham a questão da sustentabilidade da empresa municipal, referida pela edil contudo, olhando para o relatório e contas de 2022 e olhando para o orçamento para 2024 constatou que não há sustentabilidade nenhuma pensada, porque os valores são exatamente os mesmos. -----

-----Ainda assim realçou a clausula de devolução de valores que é uma boa opção, mas foram introduzidas novas atividades e agora têm cerca de 1 milhão de euros de subsidio à exploração.---

-----Também realçou o facto de considerarem que há 3 eventos poderiam ser autossustentáveis e não estão a ser, à partida o Ocean Spirit, que custa cerca de € 300.000,00, mas todos se recordam do que eram estes os valores há uns anos atrás, quando a estabilidade era maior, ou seja, parece que estão a regredir. -----

-----Quanto à dita remodelação, porque o que este plenário vai assistindo é à delegação de mais poderes e à introdução de mais atividades, apontou que o UTV nada tem contra porque se os eventos forem bem geridos, com uma entidade que tenha prática, esta vai tirando ilações de modo a produzi-los cada vez melhor, mas nas contas a reestruturação não se verifica, pelo que reiteram o seu voto à remodelação da Promotorres, mas concebendo eventos sustentáveis, e fazendo com que este 1 milhão passe para meio milhão em 2025. -----

-----Reforçou que os eventos são importantes, e devem de ser realizados, mas alguns poderão ser melhor rentabilizados, e apelou a um trabalho conjunto do município com a Promotores no sentido de poder promover melhores eventos e mais sustentáveis. -----

----- Por outro lado, se este dinheiro ficar no município, podem fazer outras obras, quem sabe resolver o problema do saneamento ou fazer mais alcatrão, pois tudo se resume à gestão dos dinheiros públicos, que tem que ser mais aprimorada e se já trabalham a 100%, não chega, tem que ser a 110%, para se conseguir produzir mais e melhor. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que ouviu atentamente a explicação da Presidente, mas ficou com algumas dúvidas, desde logo porque verificou que não estão atribuídas verbas para a realização do Carnaval questionando se o contrato-programa é no montante de € 985.000,00 euros, mais um valor a atribuir ao Carnaval, ao que a *edil* respondeu que não.-----

-----Assim, questionou se o Carnaval se vai realizar com uma verba que a Promotorres vai ter que arranjar ou então o município vai ter que cobrir. -----

----- No que concerne à cláusula que permitirá o ajustamento do subsídio à exploração por devolução ou compensação, a apresentar pela empresa 30 dias após o evento, ou seja, que é uma cláusula que permite á Promotorres ser compensada no caso de o evento correr mal, pelo que acha que o contrato-programa que hoje vão votar é um documento um pouco “aberto”, porque desconhecem que valores, para além destes € 935.000,00 euros vão gastar com a Promotorres. --

-----Por sua vez o *deputado municipal Francisco Corvelo* salientou que é um contrato-programa que no essencial, garante as iniciativas/eventos levados a cabo pela Promotorres, mas sempre com o suporte financeiro da câmara municipal, independentemente de serem ou não bem geridas, e independentemente de cumprir ou não os objetivos propostos e de serem ou não considerados como eficazes ou ineficazes. -----

-----Assinalou também que o PCP reconhece a necessidade de haver uma aposta nos diversos eventos, quer pela sua relevância em termos culturais ou desportivos, quer pela atração turística que, em vários casos, representam, e tão pouco será expectável que vários desses eventos se tornem rentáveis por artes mágicas, mas o que se espera é que a sua gestão seja parcimoniosa, sujeita a um grau de exigência conhecida e tendencialmente equilibrada. -----

-----Acrescentou que neste contrato-programa em discussão, verificam que a câmara municipal ou

por antecipação ou postecipação irá ser sempre suprir o défice que em tais realizações se poderão verificar, sem haver a preocupação real de se virem a tornar cada vez mais equilibradas as suas contas. -----

-----Anotou ainda que parece existir um grau de exigência nula em relação à administração de tais eventos por parte da Promotorres, ou seja, se os eventos derem resultado nulo, tudo bem e nada a registar, se forem positivos, tudo bem também e neste caso, quem lucra é a Promotorres, mas se ao invés derem resultados negativos, tudo bem também, quem paga é a câmara municipal e a Promotorres fica sempre bem na fotografia. -----

-----Por outro lado, fez notar que neste contrato apenas constam os eventos atuais, pondo-se completamente de parte a eventualidade de surgirem novos eventos que devam merecer o apoio da câmara municipal e o natural envolvimento da Promotorres e atendendo à dinâmica que estes eventos e outros têm, consideram isto uma lacuna que deveria ser suprida. -----

-----A *deputada municipal Marta Galdes* interveio no sentido de relatar que o PSD após análise deste contrato-programa verificou que, para além desta clausula 6.º (ajustamento do subsídio à exploração), o mesmo não é muito diferente do que tem vindo ao plenário nos anos anteriores, e talvez o facto de nos anos anteriores não ser tão abrangente tenha levado às adendas para que a Promotorres possa fazer o seu trabalho que é promover concelho. -----

-----També verificaram que há uma transferência de € 100.000,00 que estava alocada ao Carnaval e que passa para o Ocean Spirit o que consideram aceitável, ou seja, há eventos que podem ser lucrativos, mas há outros eventos que pela sua natureza não são, mas querem que se realizem porque faz todo o sentido proporcionar cultura à população.-----

-----Nesta sequência salientou os dois grandes concertos que fizeram parte da programação das Festas de Torres Vedras, que pensa que não trouxeram prejuízo nem à câmara municipal, nem ao município e assim no seu entender tem que haver liberdade para o trabalho que está a ser feito, tem que dar tempo para quem está atualmente na gestão dos eventos de provar o seu valor. -----

-----Concluindo disse que os valores apresentados para os diversos eventos que constam no contrato-programa já estão estudados há bastantes anos, e nada têm a opor sobre os mesmos desde que acompanhados sempre com algum cuidado e com algum critério.-----

-----A *presidente da Câmara* disse que começaria pela intervenção da deputada Marta Galdes, porque plasmou o objetivo do trabalho que, se por um lado é uma mudança que se está a iniciar e este é o primeiro contrato para um ano para inteiro, por outro lado, há pessoas novas a trabalhar, há trabalho diferenciado, ou seja há a introdução de algumas atividades que são novas e que vem enriquecer os eventos que existiam anteriormente.-----

-----Esclareceu também que sabem exatamente qual o valor que cada evento custa e não preveem que tenham que negociar esses valores com a Promotorres e por outro lado, também

sabem que a generalidade dos eventos não geram receitas e não tem receitas próprias, pelo que tem que haver investimento para que se possam realizar, mas o que pretendem é que a empresa municipal vá à procura de outras alternativas para se autofinanciar, sendo esta a diretriz que a empresa tem, e que já está a seguir, nomeadamente aproveitando uma candidatura para o Ocean Spirit do Turismo de Portugal para um financiamento da ordem dos € 50.000,00 euros, e está a elaborar uma candidatura para o Carnaval. Reforçou que pretendem que o caminho seja cada vez mais este, e acreditam que a empresa o vai seguir. -----

-----Esclareceu ainda que não há atribuição de nenhum subsídio porque o Carnaval é daqueles eventos que em situação normal, não necessita de ser subsidiado, pois as receitas são suficientes para as despesas, tendo neste pressuposto sido opção de retirar os € 100.000,00 afetos ao Carnaval para o Ocean Spirit, que é um evento muito deficitário. -----

-----Reportando-se à intervenção do deputado municipal Ilídio Santos, fez notar que para terem receitas do Ocean Spirit, teriam que passar a ter eventos pagos, com bilhetes com valores muito significativos, como acontece nalguns festivais, mas não tem sido essa a política do município pelo que não foi um bom exemplo. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos* pediu para intervir, dizendo que se referia ao Ocean Spirit de 2015, 2014, 2013, que certamente a presidente também se lembra como era então. -----

-----Terminadas todas as intervenções o presidente da Mesa submeteu á votação o assunto em discussão: -----

-----Para efeitos do disposto no n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012 de 31/08, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 35 votos a favor e 2 abstenções aprovar a minuta de contrato-programa para a organização e gestão de eventos a celebrar com a Promotorres EM.-----

-----Anota-se que se abstiveram Francisco Corvelo e Pedro Castelo. -----

5 - PROPOSTA N.º 39/CM/2023 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – DIPLOMA SETORIAL FREGUESIAS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÕES: -----

-----Presente ofício número 7499, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/12/2023, a dar conhecimento que o executivo em sua reunião de 05/12/2023, deliberou por unanimidade, propor à assembleia municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do artigo 19.º, do auto celebrado com a Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matações, a alteração do montante dos recursos financeiros previstos no título III do respetivo auto de transferência de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2024 para € 966.390,72. -----

-----Para explicar este assunto, a *presidente da Câmara* lembrou que no âmbito do processo de

transferência de competências, a junta de freguesia recebeu 16 trabalhadores da câmara municipal, mas os valores dos vencimentos que na altura do procedimento diziam respeito aos salários mínimos, hoje são muito diferentes, pelo que a junta tem um défice muito significativo sendo essa a razão da atualização em causa.-----

-----O presidente de junta da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, **David Lopes** pediu a palavra para acrescentar à explicação da edil que esta proposta de alteração de recursos financeiros, possivelmente, terá de vir todos os anos à Assembleia, porque todos os anos há atualização de valores, que infelizmente, não são atualizados automaticamente, quando era assim que deveria funcionar.-----

-----Acrescentou ainda que a junta vai exponencialmente suportando estes encargos, e continuarão a assumi-los e estão disponíveis para executar as tarefas delegadas, mas é importante que todos fiquem sensibilizados para esta possibilidade, porque resulta de um aumento que é justo, que é válido, que vai acontecendo de ano após ano e que querem que continue a acontecer, porque os 16 funcionários quando transitaram para a freguesia em 2020, tinha um salário de € 635,00 euros, que no próximo ano será de € 820,00, uma diferença anual substancial.

-----O presidente da junta de freguesia da Ponte do Rol, **Pedro Vaza**, concordando com o colega disse que os aumentos em causa deviam ser indexados a alguma coisa e aproveitou para insistir que deveriam criar algum sistema que permitisse uma indexação às transferências de competências, nem que fosse com o valor da inflação do ano anterior, ou dos 2 anos anteriores, para não terem que andar todos os anos a pedir a atualização dos valores das competências delegadas nas juntas.-----

-----Não se registaram mais intervenções tendo-se passado de imediato à votação do assunto. ----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do artigo 19.º, do auto, celebrado com a Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos recursos financeiros, a transferir para a referida freguesia, previstos no título III do respetivo auto de transferência de competências, para o montante de € 966.390,72, com efeitos a 1 de janeiro de 2024.-----

6 - PROPOSTA N.º 40/CM/2023 – AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DOIS MOINHOS DE VENTO E TERRENO ENVOLVENTE NO VARATOJO PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO;-----

-----Anota-se que para a discussão deste assunto, ausentou-se da reunião o deputado municipal António João Bastos, em observância do dever a que está vinculado nos termos do ponto IV, da alínea b), do art.º 4.º, da Lei n.º 29/87, de 30/06, na sua atual redação, (Estatuto dos eleitos locais), e ainda para cumprimento do estipulado no art.º 69.º, do código do procedimento administrativo.-----

-----Presente ofício número 7498, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/12/2023 que atenta a competência da assembleia municipal e de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 05/12/2023, propõe a aprovação da desafetação do domínio público de dois moinhos de vento em Varatojo e parcela envolvente com a área total de 1.323,00 m², sendo 57,00 m² de área coberta, descritos na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 5042, da Freguesia de São Pedro e Santiago e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo P 10321 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, a fim de ser formalizada, posteriormente, a sua cedência em regime de comodato, à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que existem dois moinhos numa área que faz parte do domínio público no Varatojo e aquilo que se pretende é solicitar a Assembleia que autorize a sua desafetação para que posteriormente possa ser formalizada a sua cedência em regime de comodato à junta de freguesia de Santa Maria São Pedro e Matacães que irá fazer a sua a exploração e manutenção. -----

-----Não se registaram intervenções, passando-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, na sua atual redação, deliberou por unanimidade autorizar a desafetação do domínio público de dois moinhos de vento em Varatojo e parcela envolvente com a área total de 1.323,00 m², sendo 57,00 m² de área coberta, descritos na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 5042, da Freguesia de São Pedro e Santiago e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo P 10321 da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, a fim de ser formalizada, posteriormente, a sua cedência em regime de comodato, à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães. -----

-----Voltou a participar dos trabalhos o deputado municipal António João Bastos. -----

7 - PROPOSTA N.º 41/CM/2023 – APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE JUÍZES SOCIAIS – DECRETO-LEI N.º 156/78, DE 30 DE JUNHO: -----

-----Presente ofício número 7489, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7/12/2023, a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 05/12/2023, a lista final de cidadãos que podem exercer as referidas funções, para efeitos de aprovação, a fim de ser remetida ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça, informando que foram consultadas 63 entidades, tendo 11 entidades respondido em conformidade, não tendo as restantes respondido ou não nomearam cidadãos para os devidos efeitos. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que em causa está apenas a aprovação da lista final de cidadãos que podem exercer as funções de juizes sociais que mudam periodicamente. -----

-----Não se registaram intervenções tendo o presidente da mesa submetido à votação as listas em

epígrafe. -----
-----Tendo presente a sua competência prevista no art.º 36.º, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30/06 a Assembleia Municipal deliberado, aprovar por unanimidade a atualização da lista de juízes sociais constantes da informação GAVAU/27 datada de 27/11/2023 que faz parte integrante do processo. -----

8 - PROPOSTA N.º 42/CM/2023 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 7490 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/12/2023, a dar conhecimento que o executivo em sua reunião de 05/12/2023 aprovou, por unanimidade, a versão final do projeto da Operação de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras. -----

-----A **presidente da Câmara** fez uma rápida apresentação do projeto, que foi presente ao executivo municipal, da discussão pública que decorreu de 25/10 a 22/11 do corrente ano, onde foram recebidas 3 exposições, que ou são compatíveis com proposta de ORU ou já se encontram acauteladas na mesma, mas foi possível acomodar uma das sugestões e propôs-se o alargamento do âmbito de atuação de ação intitulada “ações que promove a educação patrimonial”, passando a mesma a integrar igualmente a componente ambiental, e que resulta no incremento de € 50.000,00 euros, passando ORU a contar com o valor estimado de € 203.288.149,00.-----

-----O *presidente de junta da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões*, **Nuno Pinto** interveio no sentido de enaltecer o executivo municipal por esta iniciativa, porque se trata de uma decisão política, atento o facto de envolver verbas. -----

-----Reportando-se a uma intervenção proferida no período antes da ordem do dia que referia a necessidade de proteger as aldeias do concelho e proteger o território, assinalou que esta ORU do concelho protege, essencialmente, a zona mais antiga do concelho, que tem mais património e mais história e conseqüentemente, uma zona de mais baixa densidade. -----

-----Reforçou que se trata de um trabalho exemplar, um trabalho que visa cuidar do território e promover o seu equilíbrio deixando um bem-haja pelo mesmo. -----

-----O *presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José Damas Antunes** começou por dizer que não teve oportunidade de fazer os seus comentários na fase de discussão pública, mas gostaria de registar que na fase inicial, onde diz que a freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça decresceu, é ao contrário porque cresceu dos censos de 2011 para 2021 e volta a haver a omissão do Rio Grande, mas refere por outras 2 ribeiras, quando o Rio Grande é seguramente maior do que estas ribeiras. -----

-----Em relação aos programas estratégicos de reabilitação urbana, em alguns domínios, disse que tem algumas dúvidas, referindo-se concretamente ao facto de ser para 15 anos e depois tem que ser revisto e quanto ao objetivo de promover a qualificação urbana e funcional das

polarizações secundárias, interroga-se a razão de não constar Campelos pois esta localidade foi, até aos censos 2011 a maior localidade do concelho de fora da cidade, e se estão a falar de polarizações, então não percebe porque está Campelos omissa. -----

-----O outro objetivo que também não percebe, refere-se a “consolidar aglomerações e os contínuos edificado”, pois só assume Sobreiro Curvo, A-dos-Cunhados e Ameal, Ramalhal, mas há mais contínuos edificados no concelho. -----

-----O *deputado municipal António João Bastos* começou por dar especial ênfase à excelente qualidade do documento, pontuado com desenhos que o valorizam. -----

-----Salientou que na parte do diagnóstico diz, em termos gerais, que a maioria destas unidades territoriais apresenta carências ao nível das dimensões social, cultural, física, ambiental, económica, verificando-se uma grande interdependência entre as mesmas, por exemplo, se não houver oferta de emprego e uma rede de equipamentos e transportes públicos, as pessoas tendem a procurar emprego e habitação onde haja essa oferta o que contribui para a desertificação de um determinado lugar em detrimento de outros. Trata-se de uma discussão antiga, achando que nesta frase é muito importante refletirem sobre este fenómeno que leva ao abandono, à degradação dos edifícios e, conseqüentemente, do espaço público. -----

-----Continuou alertando que o efeito de contaminação muito negativa afeta também a dimensão económica, menos habitantes menos procura, menos investimento, menos oferta, e na dimensão social e cultural, menos qualidade de habitação, menos capital social, menos oferta cultural, menos participação comunitária, etc. -----

-----Outro aspeto que quis dar especial ênfase, reporta-se ao inquérito feito no âmbito da ORU, em que foi referido pelas pessoas a necessidade de simplificar e reduzir os prazos dos processos de licenciamento, dando nota que a Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, no âmbito de uma primeira reunião que fez com a DGU, trocou impressões no sentido de concretizar este desiderato. -----

-----Relativamente à análise *swat*, nos pontos fortes referem a consistência dos tecidos urbanos dos principais aglomerados urbanos de referência, que lhe suscita alguma reticência, porque não acha que os principais aglomerados urbanos, tenham um tecido urbano de consistência e de referência, como já tem dito no plenário e acha que há muito que fazer a nível da reestruturação urbana, no desenho urbano, ou seja, alinhamentos das ruas para serem perpendiculares umas às outras, etc. -----

-----Não está muito de acordo, mas compreende porque está mencionado. -----

-----Nas ameaças a análise fala da complexidade, rigidez e morosidade dos processos de planeamento, ou seja, o que está a acontecer, fazendo notar que quando se lança um plano de pormenor, é um trabalho hercúleo, porque há uma série de procedimentos, que muitas das vezes

culminam com a publicação em diário da república, sugerindo que arranquem com um processo de planeamento, mesmos daqueles que não chegam ao fim, pois são processos complicados e morosos, mas, que pelo menos, permita que os técnicos da câmara tenham um tipo de plano ou um documento com critérios na avaliação dos processos de licenciamento. -----

----Por último referiu-se ao avultado montante de € 203.288.149,00 que tem que ser gasto, e tendo verificado que existe no orçamento uma parcela para comprar edifícios, devolutos e degradados recomendou à câmara que compre edifícios inteiros e não frações separadas, porque torna a gestão completamente surreal. -----

----Antes de passar à votação do assunto em apreço, o **presidente da Assembleia**, teceu algumas considerações sobre as micro atividades económicas que deixaram de ser sustentáveis, porque existia um elemento padrão, ou seja, as questões de produção alimentar, que ainda é um elemento de referência, mas que hoje passam mais por questões de distribuição, do que do ponto de vista de produção alimentar, porque se alterou completamente as filosofias de vida comunitária.

----Reforçou que a questão da alimentação, onde vão obter os alimentos e onde os vão comprar, assim como o vestuário passaram a ser satisfeitas na base da grande escala, que veio a provocar a impossibilidade da sobrevivência através do pequeno negócio, e isso alterou e irá alterar sucessivamente todas as questões da fixação das pessoas sendo esse um dos problemas fundamentais do que estão a discutir a nível da reabilitação das zonas urbanas de diferentes centros populacionais e quem é que se fixa em centros em que a atividade económica do ponto de vista massivo, não é possível ou não existe, e calhar tem que haver outras atividades económicas ou esses territórios serem absorvidos para outras dimensões que não é a atividade económica imediata e reprodutiva. -----

----Tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 17.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23/10, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a versão final do projeto da Operação de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras. -----

9 - PROPOSTA N.º 43/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, BEM COMO AS RESPETIVAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA VIABILIZAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA: -----

----Presente ofício número 6038, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/09/2023, a dar conhecimento que o executivo em sua reunião de 26/09/2023, deliberou por unanimidade submeter à aprovação da assembleia municipal a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007, de 2/08, publicado na II Série do Diário da República n.º 186 de 26/09, na sua atual redação, aplicável às

disposições constantes nos art.ºs 48.º a 50.º e 130.º, do respetivo regulamento, sobre a área delimitada no extrato da planta de ordenamento do plano diretor municipal de Torres Vedras, à escala 1:10.000, anexa à informação da área de planeamento que faz parte integrante do processo, e ainda o texto das medidas preventivas para a mesma área. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que em 18/07/23 o executivo municipal deliberou iniciar o procedimento em epígrafe referente ao espaço, que era anteriormente um ginásio, no sentido de viabilizar a unidade de saúde em causa, tendo remetido a proposta de suspensão parcial para parecer à CCDRLVT que entendeu que a informação que suporta a necessidade e premência do pedido devia ser aprofundada e retificadas as medidas preventivas, sendo essa proposta final, que apresentam hoje ao órgão deliberativo, tendo em conta as suas competências nesta área, e se possa dar sequência à aos trabalhos de projeto para a realização da Unidade de Saúde Familiar de A-dos-Cunhados. -----

-----O *deputado municipal António João Bastos* indicou que não considera que a localização escolhida para o centro de saúde seja ideal, pois está afastada do centro, mas foi esta a opção do município e até mesmo questiona a adaptação de um edifício que era um ginásio para um centro de saúde, ou seja, se aumenta o preço mais do que fazer um edifício de raiz. -----

-----Questionou a razão de a zona que agora vai ser suspensa, estar classificada como área industrial existente, no PDM em vigor, e a razão de também estar previsto ocupar parte de terreno florestal atrás do que já estava como área industrial. -----

-----A **presidente da Câmara**, disse não ter a certeza, mas supunha que se trata de uma zona junto ao edifício que tem uma charca que era de abastecimento para o edifício. -----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa colocado à cotação a proposta em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal, atenta a sua competência prevista na alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09 e alínea b) do n.º 1 e n.º 7.º do art.º 126 do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial; deliberou por unanimidade aprovar a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para viabilização da Unidade de Saúde Familiar de A-dos-Cunhados e Maceira, bem como as seguintes medidas preventivas para a mesma área:-----

-----“Artigo 1.º - Âmbito territorial das medidas preventivas.-----

-----Na área territorial, delimitada no extrato da planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras em anexo, com cerca de 25.000 m2, são estabelecidas medidas preventivas com o âmbito material previsto no artigo seguinte.-----

-----Artigo 2.º – Âmbito material -----

-----1. Ficam proibidas a realização de operações de loteamento e obras de urbanização, a execução de trabalhos de remodelação de terrenos e obras de construção, reconstrução,

alteração, demolição ou ampliação com exceção daquelas que se destinam à viabilização de equipamentos de utilização coletiva. -----

-----2. Para a viabilização dos equipamentos de utilização coletiva, referidos no ponto anterior, admitem-se usos complementares de apoio a esses equipamentos, desde que os mesmos não comprometam a afetação maioritária da área bruta de construção aos referidos equipamentos. -----

-----3. Sem prejuízo dos demais pareceres, autorizações ou aprovações previstas na lei, as medidas preventivas implicam a sujeição a parecer obrigatório e vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, IP de todas as operações urbanísticas a realizar na área de incidência da suspensão, com exceção das obras de escassa relevância urbanística. -----

-----Artigo 3.º – Âmbito Temporal -----

-----O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos prorrogável por mais um, terminando, em qualquer caso, com a entrada em vigor da alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras em curso. -----

-----Artigo 4.º – Entrada em vigor.-----

-----As presentes medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.” -----

10 - PROPOSTA N.º 44/CM/2023 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROCESSO ED/261/2022 – IOLANDA MARINA AMARAL PEREIRA – LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO (ESTALAGEM) E ALTERAÇÕES PARA ESTABELECIMENTO HOTELEIRO – CASAL MEIRINHO, 17 – VALE DA AZENHA – FREGUESIA DE SANTA MARIA, S. PEDRO E MATAÇÃES:-----

-----Presente ofício número 6882, da Câmara Municipal de Torres vedras, de 10/11/2023, a dar conhecimento que o executivo municipal, em sua reunião de 07/11/2023, deliberou declarar o interesse municipal referente à legalização de alterações e ampliação em edifício destinado a Estabelecimento Hoteleiro (Hotel 1*), em área classificada na planta de ordenamento do plano diretor municipal de Torres Vedras como área agrícola especial – RAN (reserva agrícola nacional), cumpridos que estão os parâmetros de edificação estabelecidos para o local no regime de exceção previsto na alínea d), do n.º 2, do art.º 130.º, do citado regulamento, remetendo o processo para ratificação da decisão tomada, -----

-----A **presidente da Câmara** enquadrou o assunto, pela necessidade de dar andamento ao processo, ratificando a declaração dada pela Câmara Municipal.-----

-----O *deputado municipal* **António João Bastos** interveio no sentido de manifestar as suas dúvidas quanto à área de ampliação a legalizar que resulta de um pequeno aumento lateral de um metro na edificação lembrando que o plano diretor municipal está à escala 1/10.000, e não se

consegue ver, não percebendo esta precisão. -----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato á votação: -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do art.º 130.º, do regulamento do plano diretor municipal de Torres Vedras deliberou, por unanimidade, ratificar a declaração de interesse público municipal do processo Ed/261/2022 de Iolanda Marina Amaral Pereira para legalização de alterações de empreendimento turístico (estalagem) e alterações para estabelecimento hoteleiro – Casal Meirinho, 17 – Vale da Azenha – Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães.-----

11 - PROPOSTA N.º 45/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA REDE CULTURA DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 6883, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/11/2023, a remeter, tendo presente a competência da assembleia municipal nesta matéria, e conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 07/11/2023, o projeto de regulamento em título.-----

-----A **presidente da Câmara** explicou que este regulamento advém do preconizado no novo Plano Estratégico da Cultura que anteriormente veio à Assembleia Municipal e que apresenta objetivos da política cultural, nomeadamente governança cultural. -----

-----Mais explicou que a rede cultura, pretende constituir-se como uma rede de parceiros a cooperar para o fortalecimento do ecossistema cultural e artístico do concelho, e nesse sentido, para que pudesse funcionar, foi constituído um grupo para a elaboração de um regulamento, que foi posto a discussão pública, estando em aprovação a proposta final.-----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis* disse nada ter contra o regulamento, embora tivesse algumas considerações sobre o mesmo. -----

-----Nessa sequência anotou que é realmente importante que a cultura trabalhe em rede de uma forma colaborativa, com diversidade de protagonistas que tenham objetivos e valores comuns e capacidade de ser relações multilaterais que contaminem todos, todas as gerações, e todo o público que possa ser captado. -----

-----Reportou-se ao art.º 8.º n.º 4, que diz que a adesão à rede se efetua através do convite ou por iniciativa dos interessados, para apelar se tenha em conta que deve haver uma ampla divulgação desta possibilidade de adesão à rede para que não se torne num grupo elitista, para que abarque diversidade e todas as atividades culturais que conjuguem todas as idades, todas as manifestações culturais que fazem no concelho. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela*, aludiu ao artigo 20.º (reuniões), onde pensa que estará em falta a indicação de quem é que convoca as reuniões ordinárias, supondo-se que é quem preside, mas não está indicado em lado nenhum e só prevê quem convoca as reuniões extraordinárias. ----

-----Manifestou a concordância total com os objetivos da rede elencados no art.º 5.º pois

estimulam o tema da participação, da partilha e da cooperação da operacionalização da estratégia local para a cultura, temas que são importantes para a iniciativa cultural do concelho e para o seu progresso e seu desenvolvimento favorável. -----

-----Manifestou igualmente a sua opinião que este regulamento acaba por ser pouco ambicioso no que diz respeito, aquilo que é exatamente uma rede, que é uma palavra muito forte, ou seja, uma rede é união, é participação e é ação igualitária, porque estão todos unidos da mesma forma, nas mesmas distâncias e democraticamente uma rede tem que ser participada e tem que ser colaborativa, mas esta rede limita-se a ser um órgão de natureza consultiva, como refere o art.º 3.º e podia ser mais. -----

-----Uma outra nota que deixou tem a ver com o facto de o regulamento pré-definir o mesmo titular de um cargo político para presidente da mesa do plenário, para presidente da comissão executiva, sendo também o titular do cargo, quem convoca os órgãos da rede e quem o representa, ou seja, está tudo centrado num titular, quando uma rede, à partida, deveria auto regular-se e definir quem quer eleger para determinados cargos, e a não ser que haja alguma inibição que lhe tenha escapado parece-lhe que esta pré determinação do mesmo titular de cargo político é limitativo, se querem uma rede dinâmica e forte. -----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa submetido à votação o regulamento em epígrafe: -----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia municipal deliberou, por maioria, de 36 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a proposta de regulamento da Rede Cultura de Torres Vedras. -----

-----Anota-se que se absteve Rui Estrela. -----

12 - PROPOSTA N.º 46/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 7281, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/11/2023 a remeter, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 21/11/2023, a proposta de regulamento em título, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação e aprovação por parte deste órgão deliberativo.-----

-----A **presidente da Câmara** disse que este regulamento surge na sequência do que tinha sido prometido aos bombeiros e que era devido há algum tempo, tendo sido elaborado com a participação de diversas atividades, incluindo os próprios bombeiros que deram as suas sugestões relativamente ao que lhes fazia sentido que constasse, no sentido de dar algum benefício àqueles que, de uma forma perfeitamente abnegada e com altruísmo, se dedicam a causas que são reconhecidamente importantes no território. Dado que o município de Torres Vedras tem um corpo

de Bombeiros com cerca de 130 elementos, integrados na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, uma associação fundada em 1903, a criação deste regulamento fazia todo o sentido. -----

----Fez notar que os benefícios que são passíveis de serem atribuídos, dependem das características do próprio bombeiro e estão devidamente elencados no regulamento no seu art.º 5.º numa manifestação da gratidão da autarquia relativamente ao corpo de bombeiros. -----

----O **presidente da Assembleia**, aproveitou para tecer algumas palavras sobre os 130 elementos da corporação, que na sua esmagadora maioria são voluntários, que trabalham por escala, que é comum aos que são profissionais. -----

----Assim, salientou ser importante que existam este tipo de estímulos para a captação e para a manutenção da função de bombeiro, pois não podem esquecer que hoje em dia é difícil ser bombeiro numa cooperação como a de Torres Vedras que exige uma tecnicidade elevada, e nesse sentido são reconhecidamente uma das corporações mais preparadas e mais evoluídas no país pela capacidade de intervenção nos mais diferentes cenários, fogos, mar/água, saúde, e apoio direto aos acidentes, e em diversas operações exigem utilização de equipamento sofisticado para os quais existe treino que está sempre em permanente evolução. -----

----Reafirmou que Torres Vedras tem um corpo ativo de excelência no que diz respeito às diferentes intervenções existentes, reconhecimento que é merecido porque necessitam deles para acudir às situações, especialmente importante nesta altura, sobretudo devido ao aumento extraordinário das solicitações de transporte aos serviços de urgências. -----

----Por último deu nota que é quase 1 e meia ambulância por hora que sai, fazem serviço 24 horas por dia, 365 dias por ano num concelho, que tem a vantagem de não se ter disperso, mantendo só uma associação de bombeiros, com 2 excelentes secções, a da Silveira e a do Maxial que se conjugam, e contribuiu para a eficiência e eficácia das suas intervenções. -----

----A **deputada municipal Ana Fiéis** disse que também o Grupo Municipal do PSD considera este regulamento justíssimo e como disse a presidente da Câmara, uma manifestação de gratidão para com os bombeiros municipais que têm um trabalho inestimável.-----

----No tocante ao documento em discussão, manifestou algumas dúvidas que lhe aduziu o art.º 5.º que elenca os benefícios sociais que os bombeiros voluntários podem requerer, pois nalgumas alíneas identifica os documentos e os critérios a que esse benefício tem que obedecer, mas o art.º 6, n.º 3 diz que os pedidos apresentados serão alvo de apreciação pelos serviços competentes em razão da matéria e decididos pelos respetivos responsáveis da área, questionando se não há uma duplicação, que poderá levar a uma demora não justificada a atender estas situações, quando as mesmas já estão previstas no articulado mais atrás. -----

----O **presidente de junta da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso Carvalho**

fez notar que depois da explanação perfeita da presidente da Câmara e da introdução alongada e perfeccionista do presidente da Assembleia, não fosse ele também presidente da Assembleia Geral desta instituição, fica difícil dizer alguma coisa, mas, os bombeiros são uma instituição que lhe é muito cara, passou lá muitos anos da sua vida, continua ligado corpos sociais e já então se trabalhava num regulamento do bombeiro. -----

----Assim, manifestou a sua felicidade, porque hoje está na ordem de trabalhado muito merecidamente para todos as mulheres e homens que fazem parte da corporação, concordando que é importante para a captação de novos voluntários. Tem uma boa base de incentivos para que isso seja atrativo no dia de hoje ser bombeiro voluntário, mas mais que isso, o regulamento passando pela assembleia e aprovado, fica público e dinâmico, sendo certo que mais tarde poderá ser aprimorado em função das necessidades que eventualmente surjam. -----

----Na senda das palavras do presidente José Correia, frisou que o concelho de Torres Vedras tem um corpo de bombeiros com uma qualidade anormal, inclusive participando competições para o qual praticam ao longo do ano, tais como resgate em grande ângulo, para além de terem vindo a aprofundar o conhecimento do resgate marítimo em prol das situações que agora mais frequentemente surgem na costa torriense. -----

----Lembrou ainda que são estas mulheres e homens que vão estar de prontidão no quartel de bombeiros, dia e noite e se for preciso arriscam a vida, pelo que estes benefícios são mais do que merecidos. -----

----Para terminar, disse que este regulamento vai ser um exemplo nacional, porque há muitos corpos de bombeiros no país a reclamar algo deste género, tal qual, Torres Vedras reclamava há mais de 10 ou 15 anos, ficando muito feliz por ter chegado em 2023. Também fica feliz por ser dinâmico e por pertencer à Assembleia Municipal que o está a aprovar.-----

----O *presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes* interveio no sentido de subscrever muitas as palavras que já foram ditas, porque é inteiramente justo regulamentar estes benefícios para os bombeiros.-----

----Aproveitou para sugerir que o executivo municipal ponderasse criar um regulamento para benefícios aos voluntários, pois o concelho vive muito do voluntariado nas associações. São centenas e centenas de pessoas que suportam a vida ativa das associações e esse voluntariado está a escassear, pelo que é bom que este assunto seja tido em conta.-----

----O deputado municipal **Ilídio Santos**, em nome do UTV saudou o regulamento em discussão. -

----Acrescentou que este regulamento, como a edil disse foi participado por várias pessoas que deram contributos, tendo o vereador Diogo Guia sido um deles, enaltecendo o trabalho que tiveram para benefício daqueles que estão prontos a ajudar os outros. Uns são voluntárias, outros remunerados, mas a grande maioria não está lá pela remuneração, mas pelo gosto de ajudar o

próximo que é a base do associativismo, ou seja, querer ajudar, querer participar. -----

----Após todas as intervenções a **presidente da Câmara** confirmou que este regulamento teve a colaboração dos vereadores Nelson Aniceto e Diogo Guia, e que o mesmo prevê a apreciação da situação concreta de cada um dos bombeiros para não haver situações, eventualmente de abusos.

----Nesta sequência informou que os pontos 3 e 4 do art.º 6.º são para evitar esse tipo de situações, pois referem respetivamente que: “Os pedidos apresentados serão alvo de apreciação pelos serviços competentes em razão da matéria decididos pelos respetivos responsáveis da área” e “Nos casos em que o pedido apresentado não se encontra regularmente instruído, será o requerente notificado (...).-----

----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa submetido à votação o regulamento em causa: -----

----Ao abrigo da sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Torres Vedras. -----

----Uma vez que se aproximavam do tempo regimental para encerramento dos trabalhos, sem terem concluído a discussão de todos os assuntos agendados o **presidente da Mesa** suspendeu a sessão, colocando à votação a ata em minuta. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelos 1:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado. -----

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2023:-----

----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Rosa Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária). -----

----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----Susana Maria Ribeiro Neves Rui, José Prudêncio, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos,

Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Marco António Figueiredo Branco, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Vitor Manuel Mendes (em substituição de Sónia Patrício) e Margarida Maria Gomes Veloso Jesus (em substituição de Jorge Santos) -----

-----Faltaram os membros António Augusto Ferreira dos Anjos, e João Francisco Mota Tomaz-----
-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos. ----
-----O presidente da Mesa cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos, retomando a ordem de trabalhos.-----

13 - PROPOSTA N.º 47/CM/2023 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 7491, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/12/2023 a dar conhecimento que o executivo em sua reunião de 05/12/2023 aprovou, por unanimidade proposta de regulamento em título, para que a mesma possa ser submetida à apreciação e aprovação por parte deste órgão deliberativo. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que a proposta em causa visa adequar o regulamento existente, à legislação, sobretudo ao Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30/04, que atribuiu competências próprias às juntas de freguesia, na gestão corrente de feiras e mercados exercidas ao abrigo de um regulamento municipal, pelo que este regulamento será o instrumento enquadrador do acesso legal e exercício das atividades económicas, oferecendo maior segurança jurídica e condições para o desenvolvimento económico sustentado. -----

-----A **deputada municipal Ana Fiéis**, começou por questionar se houve participação no âmbito da discussão pública, ao que a **edil** respondeu que não. -----

-----Depois reportou-se ao artigo 24.º - Zonas de proibição, n.º 1 – É proibida a venda ambulante nas imediações de Monumentos, (...) , questionando qual a distância mínima pensada, no artigo

21.º - Locais de Venda – É proibida a venda ambulante no Município de Torres Vedras, exceto nos seguintes casos: a) Fora do perímetro urbano da cidade, desde que o tempo de permanência não chegue a uma hora de estacionamento por local, questionou a razão de ser uma hora e ainda que categorias de produtos são as prevista na alínea c) “Outras de carácter sazonal e para determinadas categorias de produtos devidamente autorizadas.” -----

-----A **presidente da Câmara** disse que não dispunha da informação solicitada, mas a área jurídica que tutelou a elaboração deste regulamento poderia ser consultada e os esclarecimentos podiam ser disponibilizados por escrito à deputada.-----

-----Anuindo o presidente da Mesa, colocou à votação o regulamento em discussão. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de alteração ao regulamento de Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Torres Vedras.-----

-----Neste momento ainda não se encontravam a participar dos trabalhos, Pedro Vaza, e Nuno Pinto. -----

14 - PROPOSTA N.º 48/CM/2023 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MUSEU DO CICLISMO JOAQUIM AGOSTINHO: -----

-----Presente ofício número 7491, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/12/2023, a informar que o órgão executivo, em sua reunião de 05/12/2023 aprovou, por unanimidade proposta de regulamento em título e, nessa sequência, que remete para que a mesma possa ser submetida à apreciação e aprovação por parte deste órgão deliberativo. -----

-----A **presidente da Câmara** lembrou que a abertura do museu foi em 5/8/2021 e desde então já recebeu mais de 11.000 visitantes, sendo que no ano de 2023, já se contabilizaram 4.538 visitantes, dos quais 35% foram participantes em atividades do serviço educativo. Reforçou que o Museu Joaquim Agostinho tem sido um polo dinamizador das atividades ligadas ao ciclismo no território, com uma frequência expressiva pelo que estava em falta um regulamento do equipamento que se traz para discussão e aprovação. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* realçou que este regulamento é o corolário do bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Museu Joaquim Agostinho. -----

-----Realçou ainda que o historial de ciclismo em Torres Vedras é algo que importa salvaguardar e divulgar, pois não foi só Joaquim Agostinho que se notabilizou em termos das provas de ciclismo, uma vez que têm vários ciclistas de Torres Vedras que foram vencedores da volta a Portugal. -----

-----Desta forma o regulamento, parece-lhes adequado, contudo, sendo Torres Vedras uma terra de ciclismo, e importa promover o ciclismo sendo esse um dos objetivos do museu, questionou para quando a construção de um velódromo em Torres Vedras.-----

-----Também para proferir algumas palavras sobre o documento em apreciação, interveio o *deputado municipal Artur Narciso* expressando os seus parabéns pelo regulamento, mas também pelo trabalho que tem sido feito ao longo destes últimos anos, e que culminou com um museu vivo, ou seja, com atividades muito interessantes.-----

-----Neste enquadramento lembrou que há cerca de 2 anos, uma das partidas da volta a Portugal foi feita aqui em Torres Vedras e teve grande impacto e visibilidade, tendo o museu sido muito elogiado na altura por Marco Chagas um conhecido de Joaquim Agostinho, que foi uma figura ímpar do ciclismo, que muito honra a todos.-----

-----Salientou que este museu tem sido um polo interessante com cariz pedagógico, em termos pessoais e em termos cívicos, no desporto em geral, no entendimento de que primeiro há que criar o homem e depois criar o atleta e o museu tem feito esse papel muito bem.-----

-----Sobre outras evidências do ciclismo em Torres Vedras, mais concretamente sobre o velódromo como referido pelo colega que o antecedeu, alertou que obriga a procedimentos que implica regulamentos e medidas que são impostas por órgãos internacionais que envolvem um processo complexo.-----

-----Por sua vez a *deputada municipal Ana Fiéis* expressou a concordância do grupo municipal do PSD com este regulamento, que promove a identidade concelhia, porque o ciclismo faz parte da história do desporto e da cultura do concelho e deste modo o legado do Joaquim Agostinho também é refletido e valorizado.-----

-----Aproveitou para dizer que procurou no site da Câmara, os regulamentos do CAC e do Museu Municipal, mas não conseguiu encontrar, questionando se existem e solicitou à senhora presidente da Câmara, referente ao ano de 2024 informação sobre o número de bilhetes vendidos e entradas em cada um dos museus para terem uma perceção da sua frequência.-----

-----A **presidente da Câmara** disse que a informação seria prestada mais tarde, pois não estava de momento na posse da mesma.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação do regulamento.-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento do Museu do Ciclismo Joaquim agostinho.-----

-----Anota-se que nesta votação, já participaram Pedro Vasa e Nuno Pinto.-----

15 - PROPOSTA N.º 31/AM/2023 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

-----O **presidente da Mesa** lembrou que tal como foi acordado, quando houver trabalhos das comissões, os mesmos serão apresentados em sede de Assembleia, contudo daria a palavra aos diferentes presidentes para algumas informações, começando pela comissão que preside:-----

Comissão Permanente de Economia e Demografia:-----

-----O presidente da comissão, **José Manuel Correia** informou que fizeram chegar a todos os deputados municipais uma série de indicadores do concelho e estão a fazer uma caracterização demográfica do mesmo, que tem sido interessante pelos dados que têm encontrado, uma vez que alguns deles vão contra às perceções que têm. -----

Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território: -----

-----O presidente da comissão, **António João Bastos** informou que tinha sido publicado normativo no passado domingo, para condensar toda a legislação de urbanismo, que está muito dispersa, uma preocupação que a comissão também partilha, tendo já exposto a mesma aos serviços técnicos numa reunião, no sentido de simplificar os procedimentos, e houve abertura para encontrar formas mais céleres de despachar os processos. -----

Comissão de sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente: -----

-----O presidente da comissão, **Celso de Carvalho**, deu nota que reuniram, com o vereador responsável pelo pelouro dos transportes e trânsito, tendo debatido e aprofundado algumas situações do concelho que consideram preocupantes na cidade tais como as passadeiras, e os horários dos transportes públicos nas atuais paragens, embora reconhecendo que algumas passadeiras da cidade já foram arrançadas. -----

-----Mais informou que irão apresentar um relatório anual sobre os trabalhos realizados. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

16 - PROPOSTA N.º 32/AM/2023 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: --

-----Presente informação em título datada de 14/12/2023, reportada ao período entre 01/09/2023 e 30/11/2023 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 8.198.590,57 e € 3.085.028,18 de dívidas a fornecedores. -----

-----Antes de dar a palavra ao plenário o **presidente da Mesa**, teceu algumas considerações sobre questões factuais e de pormenor que se possam querer levantar no decorrer deste ponto da ordem de trabalhos, mas que poderão melhor ser respondidas de forma escrita pela Câmara Municipal. -----

-----Teceu ainda algumas notas sobre a necessidade de criarem mais comissões que preparem as ordens de trabalho das sessões, pois tem a perceção que os trabalhos das comissões existentes proporcionam uma melhoria funcional através de trabalho técnico e especializado sobre um conjunto vasto de matérias, que de outra forma não tinham possibilidade de serem abordadas no plenário, mas há ainda lacunas que poderão resolver futuramente, com a criação de mais comissões. -----

-----Deu igualmente nota que este assunto já foi debatido na Comissão Permanente Líderes, no sentido de se melhorar e aumentar as intervenções e apresentação de propostas da generalidade

dos assuntos que venham à Assembleia Municipal, o que também vai implicar mais apoio técnico à realização de alguns trabalhos. É uma dignificação do órgão, é torná-lo mais eficiente no cumprimento das suas obrigações, que sabem ser de fiscalização e de deliberação, mas também de promoção de assuntos de interesse municipal com um vasto enquadramento dentro destas finalidades. -----

----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, reportando ao estudo que fundamentou a transferência dos resíduos para os SMAS, chamou a atenção que na sua página 2 faz referência à redução de custos, aumento da qualidade de serviço, bem como aumento da recolha seletiva e de se atingirem as metas do PERSU naquele caso de 2020 agora referente a 2030. -----

---- Nessa perspetiva e porque acredita que todos os presentes estejam sensibilizados e informados para valorizar mais os resíduos e de ter noção que reciclar também é poupar, fez notar que fica sempre com a sensação que não há a perceção real de que os resíduos que vão para os contentores do ecoponto, o custo para os SMAS devia ser zero. -----

----Nesse sentido, acabam por ser questionados, muitas vezes, face aos aumentos elevados dos custos de gestão de resíduos, que foram de 52% em 2 anos, tendo presente o investimento de mais de 1 milhão de euros na estação de transferência e ecocentro, com a justificação que aquela estação iria poupar cerca de € 700.000,00 por ano, a nível da taxa de gestão de resíduos e no transporte, o que não se está a verificar. -----

----Deu nota ainda que a taxa de gestão de recolha seletiva de resíduos nacionais e da Valorsul andam à volta dos 20% ou seja, aqueles que são separados e Torres Vedras tem cerca de 11%. A Lourinhã tem 16%, Óbidos 18%, e Maia, que é um exemplo a nível nacional, tem cerca 25% nos resíduos do ecoponto e mais de 30% nos biorresíduos, vertente onde já começou há mais tempo e Torres Vedras está ainda a começar. -----

----Deu nota também a meta europeia para os ecopontos é 55%, e se tiverem a noção que tudo o que é desviado deixa de ser pago podem passar de 89%, para 60% se a recolha seletiva aumentar e não é preciso que aumente muito, basta chegar ao nível média nacional que é 20%, em valores que podem rondar à volta dos € 100.000,00 por ano. -----

----Concluiu dizendo que sente que há necessidade de haver alguma formação neste nível deixando este desafio, para que seja tido em conta. -----

----Tal como fez no ano transato, o *deputado municipal Pedro Castelo* questionou sobre o Sport Clube União, que se mantém na segunda liga, continua a ser possível subir à primeira Liga, mas o estádio Manuel Marques nesta altura não comporta condições para que o Torriense, se subir à primeira Liga, possa realizar os jogos em Torres Vedras. -----

----Lembrou que este clube é veículo de promoção e dinamização do concelho de Torres Vedras, que agora já é reconhecido pelo país como a terra do SCUT e não só terra do Carnaval, o que o

deixa bastante orgulhoso, questionando qual o plano se o Torriense subir.-----

----- Sobre as questões colocadas, a **presidente da Câmara** e no que concerne à deputada Ana Teresa, assegurou que estão todos de acordo da necessidade de maior literacia e de mais empenho de todos para que as percentagens de reciclagem possam ser mais elevadas do que aquilo que são.-----

-----Disse ainda que esperaria que 20 e tal anos depois de se ter iniciado a sensibilização e a educação ambiental, sobretudo, nesta área, em termos comportamentais houvesse uma diferença substancial e que não estivessem num nível tão baixo pelo que acha que há muito investimento a fazer não só na literacia, mas também no que se refere à colocação de ecopontos nos locais certos, porque sabem que existem situações de défice sobre as quais chamam a atenção da Valorsul tentando que sejam colmatadas.-----

----- Relativamente ao SCUT esclareceu que estão a dar continuidade aos compromissos que assumiram com o clube para a melhoria das condições para o funcionamento e nesse sentido a ponte pedonal já está colocada e vão continuar a fazer melhorias na envolvência.-----

-----Deu nota ainda que em simultâneo o SCUT está a desenvolver o projeto para o estádio, que a autarquia irá acompanhar pois será necessário aferir em que moldes poderá ser feito, mas é impossível dizer que no próximo ano, ou nos anos mais próximos, há condições no estádio para o Torriense jogar, se estiver na Primeira Liga, sendo imperativo ter alternativas, porque não haveria a possibilidade de fazer a transformação indispensável.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

16.1 - PROPOSTA N.º 33/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal, cujos ofícios abaixo indicados se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas:-----

-----Ofício número 7497 de 07/12/2023 – deliberação de 05/12/2023; ofício número 7283 de 24/22/2023, deliberação de 21/11/2023; ofício número 6881, de 10/11/2023, deliberação de 7/11/2023; ofício número 6680, de 25/10/2023, deliberação de 24/10/2023; ofício número 6222, de 12/10/2023, deliberação de 12/10/2023 e ofício número 6033, de 28/09/2023, deliberação de 26/09/2023.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

16.2 - PROPOSTA N.º 34/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 7495 de 7/12/2023 – deliberação de 5/12/2023:-----

-----União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira: intervenções em caminhos vicinais - € 15.000,00 e manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia - € 15.000,00.-----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça: intervenções em caminhos vicinais - € 5.000,00, projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00 e dinamização de atividades na escola 4G - € 15.000,00.-----

-----União de Freguesias de Carvoeira e Carmões: intervenções em caminhos vicinais - € 10.000,00, projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00, e 1.ª tranche de apoio Parque Verde de Carmões - € 50.000,00.-----

-----União de Freguesias de Dois Portos e Runa - intervenções em caminhos vicinais - € 5.000,00

-----Freguesia da Freiria: intervenções em caminhos vicinais - € 5.000,00, projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00 e requalificação da Casa Mortuária - € 10.000,00.-----

-----União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo: projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00 e manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia - € 5.000,00.-----

-----Freguesia da Ponte do Rol: intervenções em caminhos vicinais - € 7.500,00, projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00, rede de água e saneamento wc's - SMAS - € 3.300,00 e manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia - € 5.200,00.-----

-----Freguesia do Ramalhal: intervenções em caminhos vicinais - € 5.000,00 e projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00.-----

-----Freguesia de São Pedro da Cadeira: despesas com iluminação do Parque Verde - € 5.000,00 projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00 e intervenções em caminhos vicinais - € 6.000,00.

-----Freguesia da Silveira: intervenções em caminhos vicinais - € 10.000,00, projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00 e manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia - € 15.000,00.-

-----Freguesia do Turcifal: intervenções em caminhos vicinais - € 5.000,00 e projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00.-----

-----Freguesia da Ventosa: intervenções em caminhos vicinais - € 5.000,00, projeto Psicologia nas Escolas - € 5.000,00 e manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia - € 6.500,00.

-----Ofício número 6880, de 10/11/2023, deliberação de 7/11/2023:-----

-----Freguesia de Ponte do Rol: € 10.000,00 - obras de requalificação de casas de banho públicas.

-----União das Freguesias de Dois Portos e Runa: € 4.000,00 - manutenção e reparação de máquinas ao serviço da freguesia.-----

-----União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira: € 35.000,00 – obras de recuperação e requalificação do cemitério da vila de A-dos-Cunhados.-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões: € 37.000,00 - última tranche para aquisição de propriedade (moradia e moinho) na Serra S. Julião.-----

-----Ofício número 6221, de 12/10/2023, deliberação de 10/10/2023: -----

-----No âmbito do Projeto Domicílios, no valor total de € 15.694,00, tendo em conta a informação remetida pelas Juntas de Freguesia, referente ao número de quilómetros percorridos nos anos de 2020 (2.º, 3.º e 4.º trimestre), anos de 2021 e 2022, assim distribuídos: -----

-----Junta de Freguesia de Silveira - € 2.017,00, Junta de Freguesia de Turcifal - € 1.375,00, União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 3.180,75, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - € 6.252,50e Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 2.868,75.

-----Ofício número 6032, de 28/09/2023, deliberação 26/09/2023: -----

-----Freguesia do Turcifal – manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia (€ 7.000,00) e apoio financeiro para fazer face às despesas com a piscina, gerida pela junta de freguesia, no período de verão, nomeadamente substituição da vedação para garantir as condições de segurança dos utilizadores (€ 4.000,00), num total de € 11.000,00; e

-----Freguesia de São Pedro da Cadeira - apoio financeiro para conclusão da PR13 – Rota da Reserva Foz Azul (€ 5.000,00), apoio financeiro para manutenção e reparação de máquinas da junta de freguesia (€ 10.000,00), e apoio financeiro para construção de muralha no caminho de acesso ao Porto de Pesca da Assenta (€ 3.000,00), num total de € 18.000,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

17 - PROPOSTA N.º 35/AM/2023 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES.-----

VOTO DE PESAR – MANUEL HENRIQUE DE CARVALHO:-----

-----“ O torriense Manuel Henrique Nunes de Carvalho, falecido no passado mês de outubro, destacou-se como Médico pediatra em Torres Vedras, por ele passaram várias centenas de crianças, de várias gerações. -----

-----Foi Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar de Torres Vedras.-----

-----Conseguiu aliar a sua atividade profissional à sua intervenção cívica, tendo sido autarca, na Assembleia Municipal de Torres Vedras no mandato de 1983 a 1985, e Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, no mandato de 2005 a 2009. -----

-----Como militante do PSD fez parte dos órgãos concelhios durante vários mandatos e foi Presidente da Mesa da Assembleia Distrital do PSD Lisboa Oeste entre 1986 e 87. Colaborou ativamente em múltiplas ações da comunidade cristã de Torres Vedras Pessoa afável e simples, sempre disponível para ajudar. -----

-----O Concelho perdeu um Pediatra, e um Homem Bom.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera dirigir à família enlutada o seu mais profundo pesar. -----

----- Torres Vedras, 20 de dezembro de 2023. -----
----- Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal.”-----
-----Após a leitura do voto, pelo deputado municipal Luis Carlos Lopes, expressaram algumas palavras em memória do falecido, o presidente da Assembleia José Manuel Correia e os deputados municipais Rui Prudêncio e Ilídio Santos.-----
-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento de Manuel Henrique Nunes de Carvalho e observou um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

VOTO DE PESAR – RAÚL FRANCO:-----

-----“Faleceu em outubro passado o torriense Raúl Franco. -----
-----Fez parte desta Assembleia Municipal, entre 1994 e 2002, membro por inerência, na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo. -----
-----Foi Presidente da Assembleia de Freguesia se Monte Redondo no mandato de 2005 a 2009, e membro da Assembleia da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo no mandato de 2013 a 2017. -----
-----Foi Presidente da Casa do Povo de Monte Redondo, durante dois mandatos, e era atualmente Presidente da Assembleia Geral desta Instituição.-----
-----Era um Homem afável, para toda a gente. -----
-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera dirigir à família enlutada o seu mais profundo pesar. -----

----- Torres Vedras, 20 de dezembro de 2023. -----
----- Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal.” -----
-----Após a leitura do voto pelo deputado municipal Luís Carlos Lopes, proferiram algumas palavras sobre o falecido ex-autarca, o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia e os deputados municipais Celso de Carvalho, Pedro Castelo e Humberto Gomes. -----
-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento de Raúl Franco e observou um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

RECOMENDAÇÃO:-----

-----“O Grupo Municipal do PSD recomenda à Câmara Municipal que no que concerne ao: -----
-----IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis). -----
-----Em 2024 sejam adotados os seguintes procedimentos: -----
-----Isenção do IMT para aquisições de imóveis ou frações autónomas de imóveis urbanos localizados dentro dos limites do município, desde que sejam destinados exclusivamente à residência própria e permanente e desde que o valor do imóvel não ultrapasse os 250.000,00€; ----
-----No caso de imóveis com valores superiores a 250.000,00€, a isenção será apenas aplicada

para os primeiros 250.000,00€, enquanto que o valor excedente estará sujeito às taxas vigentes do IMT; -----

-----A isenção das taxas municipais mencionadas só será concedida quando a aquisição se destina unicamente à residência própria e permanente; estas isenções serão aplicáveis a jovens com idade entre 18 e 35 anos (inclusive) ou a casais em que um dos cônjuges tenha a idade compreendida no anterior intervalo. -----

----- O Enquadramento no Orçamento de 2024 pode ser efetuado na 1.ª Revisão Orçamental a efetuar necessariamente para incorporação do Saldo de Gerência de 2023. -----

-----Torres Vedras, 20/12/2023. -----

-----Grupo Municipal do PSD.”-----

-----Após a leitura da recomendação o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* indicou que a mesma decorre de uma proposta que foi apresentada ao executivo municipal e também tem sido adotada em muitos municípios, tendo em conta a crise crescente habitação, mais concretamente para os jovens, mesmo depois das câmaras municipais já terem aprovado o seu orçamento e as taxas de o IMI e do IMT. -----

-----Fez notar que o enquadramento orçamental pode a ser feito através de uma revisão orçamental. -----

-----Relevou que recentemente Mafra, Matosinhos, cuja presidente de Câmara é a presidente da ANMP, assim como a de Almada, ou seja, um conjunto de municípios de todos os partidos tem estado a adotar esta recomendação ou similar e pensa que faria todo o sentido também ser adotado em Torres Vedras, tendo em conta a elevada taxa dos impostos diretos e indiretos que existem para as camadas jovens, que podia ser perfeitamente sustentada e não seria por aí que a Câmara Municipal veria no seu orçamento um rombo muito grande. -----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas* defendeu que todos os cidadãos devem ter o direito a sua independência, autonomia no território onde desejam viver, trabalhar e constituir família e assim, Torres Vedras deve ser capaz de atrair e fixar os jovens no concelho e por isso, em março de 2022, o UTV apresentou como selo de juventude, uma proposta de desenvolvimento de um programa Municipal de Habitação Jovem, onde entre outros objetivos estratégicos sublinharam que seria fundamental garantir a isenção de impostos municipais como o IMI e IMT durante períodos alargados, na aquisição de habitação própria para um público-alvo dos 18 aos 35 anos, garantindo ainda a redução do custo da água. Por isso mesmo, associam-se à recomendação do PSD. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que lhe parecia uma proposta extremamente equilibrada, objetiva, assertiva e, acima de tudo, diz respeito a algo que hoje é uma preocupação que é habitação, ou seja, é transversal em todo o país. Acha que esta recomendação chega em

boa hora e seria um desperdício esta assembleia recusá-la e iria votar a favor. -----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* disse ser obvio que o PS está preocupado com as questões da habitação, em particular também com as questões da habitação jovem. -----

----A recomendação em discussão é emanada da sede do PSD, com os mesmos valores por todos os concelhos, independentemente dos custos da habitação nos seus diferentes concelhos e sendo um imposto de âmbito nacional e de acordo com informação jurídica, é necessária a existência de um regulamento de benefícios fiscais para que possa ser enquadrado e, acima de tudo, possa ser enquadrado no concelho de Torres Vedras, porque dizem que é € 50.000,00, mas podem ser € 350.000,00 ou € 100.000,00. -----

----No seu entender tem que ser feita uma avaliação dos valores médios da habitação, e verem quais são as condições, eventualmente para poderem ir para além destes benefícios e, portanto, a existência deste regulamento é fundamental, para posteriormente fazer estas reduções sendo o que deixa ao plenário para ponderação, porque pensa que esse regulamento já está a ser pensado dentro do executivo. -----

----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* respondeu que o colega estava a adiar por causa de uma questão de um regulamento, o que irá alavancar um voto contra que se antecipa por parte do Grupo Municipal do PS, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra porque se trata de uma recomendação que depois pode ser alavancado num regulamento a ser feito. -----

----A *presidente da Câmara* informou que antes de fazer as propostas das taxas e antes do orçamento, questionou os serviços jurídicos relativamente à possibilidade de fazer reduções no IMT, tendo a resposta sido que não podiam fazer essa redução sem ter um regulamento de benefícios fiscais, e nessa sequência acionaram o grupo de trabalho para o efeito----- .

----De novo no uso da palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* reforçou que a elaboração do regulamento não invalida a recomendação e há certamente jurisprudência assim como foi feito em outras autarquias e não vai ser difícil o Partido Socialista conseguir encontrar uma analogia, e nesse sentido estes são aos valores que vão a votação.-----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* reforçou a sua intervenção inicial, uma vez este documento é o mesmo para Lisboa ou para Celorico da Beira, e isto não faz sentido, pois o que faz sentido, é aprovarem medidas que digam respeito ao município de Torres Vedras e à sua realidade e retirando o valor, certamente que o PS não seria contra, porque esta questão da habitação é uma preocupação do PS para a qual têm que encontrar soluções.-----

----Concluiu dizendo que está criado um grupo de trabalho para elaboração de um regulamento e com base nisso que o PS está disponível para trabalhar com todos. -----

----O *deputado municipal Rui Estrela* interveio apenas para salientar as sugestões do UTV emanadas em março de 2022, na proposta número 13 do selo da Juventude para que se inspirem

neste momento, passado um ano e 9 meses, pois há propostas parece que o UTV antecipa embora o problema já lá estivesse e já sentisse, mas levam tempo a amadurecer e felizmente, chegam ao tempo de discuti-las, mas o Programa Municipal de Habitação Jovem deste movimento era mais profundo -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* reforçou que é uma recomendação muito equilibrada, muito boa, tendo um certo receio que se for hoje chumbava se perca, deixando as suas palavras, para que quem quiser que tire as devidas conclusões. -----

----Concluídas as intervenções, e uma vez que o PSD manteve a sua posição o Presidente da Mesa colocou a recomendação à votação: -----

----A Assembleia Municipal reprovou por maioria de 19 votos contra, e 15 votos a favor e 4 abstenções a recomendação em título. -----

----Anota-se que se abstiveram José Correia, António Fortunato, Leonor Marinheiro e Francisco Corvelo, e votaram a favor, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldes, António João Bastos, Ana Fiéis, Pedro Vaza, José Damas Antunes, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Margarida Veloso Jesus, Marco Branco, Pedro Castelo e Carlos Filipe. --

ADITAMENTO: -----

18 – PROPOSTA N.º 36/AM/2023 - ELEIÇÃO DE CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ COMO PREVISTO NA ALÍNEA L) DO ART.º 17.º DA LEI N.º 147/99, DE 1/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

----Presente, ofício número 1316/2023 da CPCJ a comunicar que a cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal Ana Isabel Marques Fiéis terminou o seu terceiro mandato nesta CPCJ, pelo que solicitam a sua substituição, referindo que o novo cidadão eleitor, deverá preferencialmente ter especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, como mencionado na alínea l), do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1/09, na sua atual redação e agradecendo à cidadã Ana Isabel Marques Fiéis a sua participação e o empenho com que colaborou, durante 9 anos.-----

----O *presidente da Mesa* informou que na sequência do pedido da CPCJ tinha na mesa uma proposta do PSD a indicar o cidadão eleitor Mário Rui Silva Porta e que a votação seria feita, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei 75/2013 de 12/09, por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir.-----

----Antes de passar à votação, deu a palavra à *deputada municipal Ana Fiéis*, que esperava ter honrado a Assembleia no trabalho que exerceu na comissão alargada em causa.-----

----Quanto ao cidadão indicado pelo grupo municipal do PSD, disse não ter a mais pequena dúvida que é um homem honesto, íntegro, dedicado, responsável e muito atento a estas questões das crianças e dos jovens. Ficará feliz se esta assembleia votar por unanimidade, na certeza que

fará um trabalho excelente e em dobro do seu.-----

-----O **presidente da Mesa** desejou que o cidadão Mário Rui Porta tenha um excelente mandato, e deu início à votação, que teve o seguinte resultado: 33 votos sim e 5 votos brancos.-----

-----A Assembleia Municipal elegeu para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, em substituição de Ana Fiéis, Mário Rui Silva Porta. -----

19 – PROPOSTA N.º 49/CM/2023 - APROVAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL – PROJETO DE TRANSFERÊNCIA DE ESTRADAS NACIONAIS ACORDADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.---

-----Presente ofício número 7618, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/12/2023, a dar conhecimento que a o executivo em sua reunião de 19/12/2023, deliberou, por unanimidade, remeter o acordo de mutação dominial acordado com a Infraestruturas de Portugal, S.A., para afetação dos troços de estradas nele identificadas para o domínio público municipal. -----

-----A **presidente da Câmara** disse que se trata de integrar na rede municipal um conjunto de estradas nacionais com uma extensão total 36,759 Km que começaram a ser negociadas ainda no mandato anterior e que se iniciou lentamente, porque estava dependente dos valores que a Infraestruturas de Portugal SA. transferissem, que permitissem a sua manutenção ou melhoramentos. Durante o presente ano conseguiram retomar estas negociações, porque acordaram os valores que a autarquia considerou adequados e nesse sentido a Câmara Municipal aprovou a minuta do acordo de mutação dominial que formaliza a transferência, e que apresentam ao plenário para deliberação.-----

-----Reportando-se à EN115-2, uma das vias transferidas o *presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho*, interveio no sentido de manifestar a sua felicidade que seguramente é corroborada pelos seus fregueses, pois embora não querendo que o território cuja junta preside se transforme numa freguesia de massas, sendo uma freguesia do interior, que considera equilibrada, quer que tenha acessibilidades em condições. -----

-----Reforçou que a EN115-2 é a via principal da vida destas pessoas, quer seja para estudar em Torres Vedras, quer seja para trabalhar, mas também há outros municípios que dependem dela e por isso, já fazendo parte da Assembleia há mais de 18 anos, este é provavelmente um dos dias mais felizes para os cidadãos que representa. Saúde este presente, que não considera simpático, porque ao ser municipalizada, já não dá para inverter assim como saúda a coragem da presidente de Câmara e do seu executivo por aceitar esta estrada e por se dispor a fazer obra no primeiro semestre do ano que aí vem.-----

-----O *deputado municipal António João Bastos* depois de analisar os documentos que dão suporte a este assunto, fez contas e disse que os valores que estão previstos para a Câmara Municipal de Torres Vedras receber as estradas, perfazem €120.000,00 euros por quilómetro, que

lhe parece um valor razoável, não obstante achar que não dará para retificar muitas das curvas existentes na EN115-2. -----

-----Aproveitou para deixar como sugestão à câmara se não seria possível, no âmbito do protocolo de aceitação destas estradas convencer a Infraestruturas de Portugal SA., de corrigir o mal que foi feito quando fez a requalificação da EN9 entre Torres Vedras e rotunda da Fonte Grada, que não devia ter sido feita naquele local, mas em frente da rua dos Plátanos, conforme já estava previsto no PDM que estava em vigor e ovalizar a rotunda. -----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes*, reportou-se à EN 361-1, para indicar que aquele pequeno troço devia de ter uma área, ou ciclável ou pedonal, porque liga a localidade de Outeiro da Cabeça a uma cerâmica, mas sobretudo a um matadouro onde trabalham muitos imigrantes que fazem caminho a pé, o que devia ser tido em conta.-----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes*, reportando-se à EN248-1 referiu que foi alertado que o piso está muito desnivelado e requer atenção em especial no troço a seguir a Dois Portos até ao cruzamento para o Sobral. -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* aproveitou para reforçar a intervenção do colega António João Bastos, relativamente à necessidade de ovalizar a rotunda na EN9 para possibilitar a passagem de mais viaturas, reforçando novamente a questão da segurança dos peões, e a necessidade de uma passadeira com semáforos.-----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa, antes de colocar o assunto à votação, elencado todas as estradas envolvidas no processo.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, atentas as disposições conjugadas no art.º 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigos 2.º, n.º 2 e 79, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, ambos na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar o acordo de mutação dominial acordado com a Infraestruturas de Portugal, S.A., para afetação dos troços de estradas nele identificadas para o domínio público municipal, que abaixo se identificam: -

-----a) EN8-3 entre o km 0,000 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -95.011 e -57.547) e o km 1,655 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -93.740 e -58.212), na extensão de 1,655 km; -----

-----b) EN115-2 entre o km 2,352 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -87.693 e -55.591) e o km 15,446 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -96.268 e -62.467), na extensão de 13,094 km; -----

-----c) EN248 entre o km 0,023 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -93.205 e -65.020) e o km 8,761 (LC - cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -88.397 e -70.056), na extensão de 8,738 km; -----

-----d) EN248-1 entre o km 1,664 (LC - cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -89.482 e -71.208) e o km 3,000 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -90.683 e -71.103), na extensão de 1,336 km;-----

-----e) EN361-1 entre o km 9,933 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -91.289 e -52.116) e o km 11,385 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -90.212 e -52.414), na extensão de 1,452 km;-----

-----f) EN374 entre o km 0,022 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -88.969 e -64.742) e o km 4,642 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -86.469 e -67.203), na extensão de 4,620 km;-----

-----g) EN374 entre o km 4,642 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -86.441 e -67.311) e o km 10,506 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -90.902 e -69.254), na extensão de 5,864 km;-----

20 – PROPOSTA N.º 50/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DE MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – CONCURSO PÚBLICO:-----

-----Presente ofício número 7619, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/12/2023 a remeter de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 19/12/2023, o relatório final do procedimento em título, para autorização dos encargos plurianuais.-----

-----A **presidente da Câmara** disse que em causa está a aprovação da repartição de encargos para o fornecimento em título, para os anos de 2024 e 2025.-----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

----- Tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a repartição de encargos para 2024 e 2025 para fornecimento de energia elétrica para as instalações de média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do Município de Torres Vedras – concurso público, nas condições do relatório final do júri datado de 13/12/2023, que faz parte integrante do processo-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelos 23.00h o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da

qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----